

ORIENTAÇÕES

ANO LETIVO 2024



SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO
BÁSICA

ORIENTAÇÕES PARA O ANO LETIVO 2024

ABERTURA	2
CALENDÁRIO LETIVO DE 2024	3
ORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO ESCOLAR.....	5
ACOLHIDA AOS ESTUDANTES.....	7
MATRIZ CURRICULAR DE 2024.....	8
MATRIZES DE REFERÊNCIA PARA 2024.....	10
EXPRESSÃO DE RESULTADOS	18
AVALIAÇÕES DA REDE.....	20
FORMAÇÕES PARA A REDE.....	24
MODALIDADES	25
Educação do Campo.....	25
Educação Especial.....	29
Educação de Jovens e Adultos	30
Educação Escolar Indígena	34
Educação Escolar Quilombola	36
PROGRAMAS DE APOIO À QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM	39
Estudos de Aprendizagem Contínua	39
Alfabetiza Tchê	39
Circuito 360.....	39
Diálogos Socioemocionais.....	39
Jovem de Futuro.....	40
Mentoria Pedagógica.....	40
Programa de Educação Antirracista.....	41
Programa de Incentivo à Leitura	41
Hackatchê.....	41
Nosso Docente [estágio supervisionado obrigatório]	43

ABERTURA

A Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul (Seduc), por intermédio da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, torna públicas as orientações para o ano letivo de 2024, com o propósito de guiar e alinhar as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas na rede pública estadual de ensino, oferecendo suporte aos gestores e educadores durante este período de retomada das atividades.

A importância dessas diretrizes reside na busca pela integração de ambientes de aprendizado que proporcionem uma educação de qualidade e equitativa a todos os estudantes da rede estadual, promovendo, assim, inovações educacionais por meio de ações pedagógicas e metodológicas que continuarão a apoiar os estudantes ao longo do ano letivo.

Nesse sentido, as orientações presentes neste documento são fundamentadas na identidade organizacional da Seduc, embasadas nas ações estruturantes do mapa estratégico da Secretaria, com o Circuito de Gestão como método de gerenciamento dos processos, proporcionando apoio e a Mentoria Pedagógica como estratégia de formação em serviço e acompanhamento pedagógico sistemáticos da Subsecretaria de Educação Básica.

O documento abrange seções específicas sobre a Organização do Processo de Ensino e Aprendizagem, além de destacar ações estratégicas como acolhimento, matrizes curriculares e de referência, expressão de resultados, avaliações da rede, calendário de formações e recomendações para modalidades, incluindo programas de apoio à qualificação da aprendizagem.

Bom ano letivo.

CALENDÁRIO LETIVO 2024

O Calendário letivo da rede estadual para o ano letivo de 2024 foi estabelecido pela portaria SEDUC nº 454/2023 e aponta a seguinte organização:

1º Trimestre: 19/02 à 23/05/24	66 dias
2º Trimestre: 24/05 à 11/09/24	66 dias
3º Trimestre: 12/09 à 20/12/24	68 dias
Total de dias:	200 dias

Considerando esta programação, cada escola deve organizar o seu calendário letivo, que contemple todas as atividades necessárias para o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da Escola com as reuniões pedagógicas, projetos coletivos e rotinas, garantindo o cumprimento do número mínimo de dias letivos previstos na LDBEN.

Com relação aos Estudos de Aprendizagem Contínua (EAC) é importante observar as datas de cada um dos períodos. Esses devem ser dedicados às atividades de recuperação e recomposição das aprendizagens dos estudantes em cada trimestre:

Estudos de Aprendizagem Contínua 2024	
1º Trimestre:	06/05 a 17/05
2º Trimestre:	26/08 a 06/09
3º Trimestre:	09/12 a 17/12

É importante destacar que, os Estudos de Aprendizagem Contínua caracterizam-se em um conjunto de ações continuadas a serem realizadas no cotidiano de sala de aula. Essas intervenções pedagógicas ocorrem ao longo dos trimestres e, em momentos específicos, ao final de cada trimestre; portanto, as datas acima se referem ao **Movimento 2**. Para maiores informações consulte o Documento Orientador dos EAC.

Para o desenvolvimento das avaliações trimestrais o Calendário letivo aponta as seguintes datas para os Conselhos de Classe:

Conselhos de Classe	
1º Trimestre:	29/04
2º Trimestre:	22/08
3º Trimestre:	03/12
Conselho Final	18 a 20/12

Nas datas indicadas acima as Escolas devem organizar o atendimento à Comunidade Escolar. O Conselho de Classe Participativo é o momento em que os professores, a equipe

pedagógica, a direção e os estudantes se reúnem para discutir e avaliar as ações educacionais, para indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Para maiores informações sobre a organização dos Conselhos de Classe trimestrais, consulte o Documento Orientador do Conselho de Classe.

Relativo às modalidades semestrais, o Calendário Letivo 2024 aponta as seguintes datas:

Modalidades EJA e Curso Normal Aproveitamento de Estudos	
1º Período/semestre:	19/02 à 12/07/24 (100 dias)
2º Período/semestre:	15/07 à 20/12/24 (100 dias)
Total de dias letivos:	200 dias
Estudos de Aprendizagem Contínua 2024 - EJA	
1º semestre:	24/06 a 05/07
2º semestre	09/12 a 17/12
Conselhos de Classe - EJA	
1º semestre:	11 e 12/07
2º semestre	18 a 20/12
Jornada Pedagógica exclusiva EJA	
15 a 19 de julho	
Recesso estudantes EJA	
15 de julho a 02 de agosto	

Orientações detalhadas sobre a organização da Educação de Jovens e Adultos, veja a sessão de Modalidades desse documento.

ORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO ESCOLAR

O horário escolar é fundamental para o funcionamento e organização da escola, já que ele reflete os períodos e dias que cada professor dará aula em cada ano/série e em cada turma, bem como a carga horária e a organização das turmas com relação aos Componentes Curriculares que terão ao longo de cada semana. Cabe à equipe diretiva e pedagógica da escola elaborar o horário para possibilitar a melhor organização do seu quadro de professores, já que esse fator impacta diretamente na rotina e no ambiente escolar.

Existem diversas alternativas tecnológicas e digitais que facilitam o processo de organização e planejamento de horários e, para isso, é preciso considerar alguns aspectos importantes, como:

- foco no que é mais adequado ao estudante e a sua aprendizagem;
- espaços físicos e equipamentos necessários a cada atividade ou componente curricular (laboratórios, recursos tecnológicos, bibliotecas e quadras de esporte, por exemplo);
- disponibilidade de horários para cada professor ministrar suas aulas;
- compartilhamento dos horários com todos os professores na reunião de equipe.

Destacamos, abaixo, algumas orientações referentes à organização e estruturação do horário escolar em cada uma das etapas da Educação Básica.

Ensino Fundamental

A carga horária mínima anual para o Ensino Fundamental, nos anos iniciais (1º ao 5º ano), é de 833 (oitocentas e trinta e três) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos. A duração da hora-aula dos componentes que compõem a matriz curricular será de 50 (cinquenta) minutos, compondo 250 (duzentos e cinquenta) minutos diários.

Ensino Fundamental Tempo Integral

A carga horária mínima anual para o Ensino Fundamental em Tempo Integral (Anos Iniciais e Anos Finais) é de 1500 (mil e quinhentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, respeitada a jornada diária mínima de 7h30 minutos (sete horas e trinta minutos). A jornada diária contará com 9 (nove) períodos de 50 (cinquenta) minutos.

Ensino Médio Gaúcho Diurno

Para atender à carga horária anual de 1.000 horas do Ensino Médio Gaúcho, em todas as séries dessa etapa, adaptando-se às necessidades dos estudantes e seguindo as diretrizes estabelecidas, a distribuição dos horários ocorrerá em 6 períodos diários de 50 minutos, totalizando 5 horas diárias e 30 períodos semanais.

Ensino Médio Gaúcho Noturno

Para atender a carga horária anual de 1.000 horas do Ensino Médio Noturno (inclusive nas modalidades Educação do Campo, Educação Indígena e na Socioeducação), adaptando-se às

necessidades dos estudantes e seguindo as diretrizes estabelecidas, a distribuição dos horários ocorrerá em seis períodos diários de 50 minutos e 30 períodos semanais, sendo 30% dessa carga horária (equivalente a 9 períodos semanais), disponibilizada de forma remota/assíncrona. Para tanto, as atividades serão conduzidas de maneira assíncrona, com entregas semanais e podem envolver, ou não, o uso de tecnologias digitais. O docente, de acordo com seu regime de trabalho, deverá cumprir presencialmente a carga horária correspondente ao período destinado às atividades remotas/assíncronas. Durante esse tempo, o professor estará disponível no horário estipulado para esclarecer dúvidas ou promover o aprofundamento das aprendizagens dos estudantes.

Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral

As Escolas de Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral possuem uma carga horária anual de 1500 horas, divididas em 45 períodos semanais, distribuídos em 9 horas diárias de atividades escolares, incluindo intervalos.

Na organização do horário, estão previstas 04 (quatro) refeições diárias, sendo que o café da manhã se encontra fora da carga horária prevista. Ele pode ser servido antes do início das aulas, ou junto ao primeiro intervalo, desde que seja preservado o total calórico previsto para o período da manhã, conforme o determinado pela Assessoria de Alimentação Escolar desta Secretaria de Educação. Também estão previstos outros 02 (dois) intervalos de 15 (quinze) minutos, e para o almoço, o intervalo será maior, com 60 (sessenta) minutos de duração.

A Escola tem autonomia de escolher o melhor horário para seu contexto específico dentro das cinco opções listadas a seguir:

- 07h30 às 16h30
- 07h40 às 16h40
- 07h45 às 16h45
- 07h50 às 16h50
- 08h00 às 17h00

Para mais informações, como exemplos mais detalhados de como ficariam os quadros com cada horário, consulte o Documento Orientador do EMGTI.

ACOLHIDA AOS ESTUDANTES

O ano letivo se inicia e, com ele, se iniciam também os encontros e reencontros permeados de expectativas, esperanças e possibilidades. Pensando nisso, é de extrema importância que a escola esteja preparada.

Pensar e organizar a chegada dos profissionais e dos estudantes, estruturar os espaços físicos, planejar e pensar coletivamente os planos de estudos, organizando e respeitando o período de diagnóstico e readaptação dos estudantes e os planos de ação de cada unidade escolar, são ações fundamentais para o desenvolvimento qualitativo de toda a comunidade. O início de cada ano letivo é um momento único para o recebimento da comunidade e acolhimento aos professores, estudantes e famílias de volta ao ambiente escolar. O acolhimento deve ser planejado pela equipe gestora e pedagógica da escola de modo que este momento reflita o início da construção de uma relação de parceria e comprometimento entre todos os envolvidos no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes. Sugere-se utilizar diferentes técnicas para realizar o acolhimento dos estudantes no início do período letivo:

- Desenvolvimento de dinâmicas de acolhimento considerando aspectos específicos de cada comunidade escolar;
- Utilização de atividades que fomentem o desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes;
- Acolhida prévia aos professores, reforçando laços e o pertencimento de cada profissional à sua escola e comunidade, e envolvimento destes na acolhida aos estudantes nos primeiros dias de aula com atividades de escuta ativa e diálogo com os estudantes.

Acolhimento no EMGTI

Acolhimento é uma prática educativa característica das Escolas de EMGTI que objetiva consolidar, por intermédio de um conjunto de atividades, a mensagem de que acolher, receber e aceitar as pessoas, sejam elas os estudantes, a equipe escolar ou os pais e responsáveis.

Por meio do Acolhimento Inicial, os estudantes têm a oportunidade de estabelecer os primeiros vínculos, sentindo-se recebidos e pertencentes à escola. É um momento também para que vivenciem situações nas quais serão conduzidos à reflexão sobre seus sonhos e sobre as expectativas em torno das oportunidades que terão para realizá-los, a partir deste novo tempo, e do apoio que receberão nesta Escola. Os produtos da reflexão sobre os sonhos comporão um rico material que criará condições para a realização de sua tarefa e de sua função social mais importante: o Projeto de Vida dos estudantes.

Para auxiliar na organização da Semana de Acolhimento Inicial, realizamos um modelo de quadro semanal das atividades que pode ser conferido no Documento Orientador do EMGTI.

MATRIZ CURRICULAR 2024

A Portaria nº 551/2023 estabelece a organização curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio no âmbito das escolas da Rede Pública Estadual. Este documento é complementado pelo Guia de Matrizes Curriculares 2024 que orienta a organização da Rede Estadual para o ano letivo de 2024. Apresenta as Matrizes Curriculares de toda a Educação Básica e suas Modalidades, as quais contam com a indicação dos códigos a serem vinculados no Sistema de Informatização da Secretaria da Educação/ISE, o nome e a carga horária de cada Componente Curricular, o total de períodos semanais e o total da carga horária anual. A partir dessas orientações cada Escola deve organizar a sua oferta.

As Escolas que ofertam Ensino Fundamental precisam observar que:

- No Ensino Fundamental - Anos Iniciais temos a ampliação da carga horária semanal de Língua Portuguesa, e estes períodos devem ser dedicados ao programa de Incentivo a Leitura.
- No Ensino Fundamental - Anos Finais temos alterações das cargas horárias semanais de Língua Inglesa, Ciências e Projeto de Vida, trazendo maior carga horária para o componente de Ciências no final da etapa.
- No Ensino Fundamental em Tempo Integral a matriz curricular passa a ser organizada em Formação Geral Básica e Aprofundamento Curricular para uniformização das nomenclaturas da Educação Básica na Rede, além disso, todas as escolas passam a ofertar os mesmos componentes no Aprofundamento Curricular.
- O Aprofundamento Curricular no Ensino Fundamental em Tempo Integral é composto pelos seguintes componentes curriculares: Componentes Integradores - Mediação de Estudos, Iniciação Científica e Cultura Digital e Práticas Experimentais - em Linguagens, em Matemática, em Ciências Humanas e em Ciências da Natureza.
- No Ensino Fundamental em Tempo Integral a jornada diária mínima é de 7h30min com 9 períodos de 50min.
- As Escolas do Campo devem organizar propostas pedagógicas que contemplem temáticas, objetos de conhecimento e metodologias interdisciplinares apropriadas às peculiaridades do território onde a escola está inserida, atendendo às reais necessidades dos estudantes do meio rural em todos os seus aspectos.
- Para as Escolas Indígenas seguem em vigência as matrizes específicas de cada escola.
- Escolas Especiais para Estudantes com Deficiência Intelectual devem organizar propostas pedagógicas embasadas em metodologias que contemplem a diversidade dos estudantes, adaptadas às suas necessidades.
- Escolas Bilíngues de Surdos adotam uma perspectiva do ensino bilíngue por meio do uso da LIBRAS como primeira língua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua.

As Escolas que ofertam Ensino Médio precisam observar que:

- No Ensino Médio temos a reorganização da carga horária da Formação Geral Básica para toda a etapa (diurno, noturno, Tempo Integral, Escolas do Campo e Escolas Quilombolas), exceto a EJA que mantém a matriz homologada em 2023. Em caso de necessidade de multisseriação na EJA, quando possível, evitar a multisseriação da totalidade 7 com as totalidades 8 e 9, considerando que as matrizes curriculares possuem componentes e carga horária diferentes.
- No Ensino Médio temos a reorganização da carga horária dos Itinerários Formativos, dos componentes obrigatórios e da oferta das Unidades Curriculares Eletivas.
- As Unidades Curriculares Eletivas são de três tipo: Unidades Curriculares Eletivas de Pré-Itinerário, as Unidades Curriculares Eletivas de Base e as Unidades Curriculares Eletivas: Cultura e Tecnologia Digital, Mundo do Trabalho e Iniciação Científica. Para organizar esta oferta é necessário observar as orientações específicas sobre a Feira das eletivas e o Catálogo de Unidade Curriculares Eletivas (ofício 73/2024).
- Para a 2ª e 3ª série em 2024 temos a inclusão dos componentes Aprofundamento ENEM e Aprofundamento Qualificação Profissional, sem que haja alteração na carga horária da Trilha de Aprofundamento, uma vez que os estudantes precisam concluir as trilhas iniciadas na 2ª série. A única alteração a se destacar é a exclusão do componente curricular Projeto de Vida na 3ª série para ampliar a oferta no Aprofundamento ENEM.
- No Ensino Médio em Tempo Integral com a implementação de um modelo de escola cuja centralidade é o estudante e seu Projeto de Vida, para tanto a matriz curricular, além da Formação geral Básica e Aprofundamento Curricular tem-se a oferta dos componentes Mentoria, Estudos Orientados, Eletivas da Base, Eletivas Pré-IF, Práticas Experimentais e Pós-Médio.
- No Ensino Médio em Tempo Integral a carga horária anual é de 1500 horas, divididas em 45 períodos semanais, distribuídos em 9 horas diárias de atividades letivas, incluindo intervalos.
- Para o Ensino Médio em Tempo Integral temos escolas em diferentes fases da expansão, por isso, é necessário consultar o Guia de Matrizes Curriculares 2024 e o Documento Orientador do EMGTI para adequação da oferta.
- Para o Ensino Médio das Escolas do Campo é necessário organizar propostas pedagógicas que contemplem temáticas, objetos de conhecimento e metodologias interdisciplinares apropriadas às peculiaridades do território onde a escola está inserida, atendendo às reais necessidades dos estudantes do meio rural em todos os seus aspectos.
- Para o Ensino Médio das Escolas na Socioeducação que possuem matriz própria aprovada pelo CEEed devem permanecer seguindo as mesmas para 2ª e 3ª série.
- Para o Ensino Médio nas Escolas Indígenas Guarani e Kaingang é preciso observar as matrizes específicas para ingresso em 2024. Caso haja multisseriação é necessário seguir para todos os estudantes das escolas indígenas a matriz do Guia de Matrizes 2024.
- No Ensino Médio das Escolas Bilíngues de Surdos é necessário adotar uma perspectiva do ensino bilíngue por meio do uso da LIBRAS como primeira língua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua.

MATRIZES DE REFERÊNCIA PARA 2024

As Matrizes de Referência utilizadas no ano de 2023, que são os documentos norteadores para o uso das Competências e Habilidades, serão mantidas em vigência em 2024. Serão disponibilizadas matrizes para os Componentes Curriculares de Aprofundamento Enem (Redação e Resolução de Problemas).

É necessário destacar a importância de realizar o planejamento das aulas alinhado com as Matrizes de Referência, uma vez que são elas que indicam as habilidades que devem ser consolidadas pelos estudantes em cada série. O planejamento das aulas deve contemplar as habilidades sugeridas nas matrizes e deve estar alinhado também com a proposta de recomposição de aprendizagens desenvolvida nos Estudos de Aprendizagem Contínua.

Aliado a isso, é essencial que as avaliações desenvolvidas pelos professores sejam planejadas de modo a contemplar as habilidades desenvolvidas ao longo do ano letivo, proporcionando aos estudantes a oportunidade de consolidarem aspectos basilares para a sequência de estudos e para a vida em sociedade. Dessa forma, o planejamento das atividades desenvolvidas nos Estudos de Aprendizagem Contínua também devem estar alinhado com a Matriz de Referência disponível para cada série.

As Matrizes de Referência para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio podem ser encontradas no site da SEDUC RS, através do menu Informações/Gestão Pedagógica.

As Matrizes de Referência apontam as habilidades a serem desenvolvidas com relação aos Temas Contemporâneos Transversais. Os Temas Contemporâneos Transversais são um conjunto de aprendizagens essenciais que refletem os problemas sociais, econômicos, ambientais, políticos e comportamentais que se encontram atualmente na sociedade, por isso, devem compor o planejamento das atividades de todas as escolas. Tem como principal objetivo a formação de cidadãos críticos, ativos, participativos e integrados ao meio social em que vivem. Esse processo propicia aos estudantes a reflexão sobre suas vivências e experiências, oferecendo a oportunidade de desconstruir preconceitos, conviver com diferenças, desenvolver a empatia, a colaboração no trabalho em grupo, estimular a criatividade e aprimorar a argumentação/linguagem.

Para isso, é fundamental que cada professor consulte a Matriz de Referência de 2024 para verificar as habilidades dos Temas Transversais e utilizá-las no planejamento de suas aulas. Além disso, as atividades propostas para o desenvolvimento das habilidades dos temas devem compor os projetos a serem apresentados nas Mostras Científicas Regionais de todos os componentes, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

As escolas também devem incorporar os Temas Transversais ao calendário letivo, a partir de um conjunto de datas relevantes selecionadas, com intuito de proporcionar a conscientização dos estudantes sobre os desafios contemporâneos. Orienta-se, portanto, que as temáticas relacionadas às datas indicadas no calendário de 2024 sejam abordadas ao longo de todo o ano letivo, de maneira transversal e interdisciplinar no currículo.

Desse modo, o planejamento anual dos professores necessita contemplar propostas de atividades adequadas ao desenvolvimento das habilidades para as transversalidades ao ano/série a que se destina, contemplando o uso de metodologias ativas e instrumentos de avaliação que possibilitem a valorização da produção realizada pelo estudante de forma individual ou coletiva. A seguir descrevemos como tais temas devem ser abordados no planejamento pedagógico.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental é um tema transversal fundamental na prática docente para a conscientização dos estudantes e da comunidade escolar como um todo acerca dos impactos ambientais das ações humanas no Planeta Terra. Revelando-se uma ferramenta capaz de reconectar os indivíduos com a natureza e desenvolver a compreensão da interdependência de todas as formas de vida.

Nas instituições de ensino, a Educação Ambiental proporciona aprendizado sobre o meio ambiente e sua preservação, promovendo uma perspectiva de responsabilidade. As diretrizes para uma educação sustentável abrangem três dimensões essenciais: o espaço físico, a gestão pedagógica e o currículo institucional.

Por meio da Educação Ambiental, a sustentabilidade é promovida incentivando o desenvolvimento de habilidades e comportamentos inclusivos, equitativos, antirracistas e antiespecistas. Essa abordagem holística, não apenas reforça a compreensão interconectada desses elementos, mas também destaca a importância da Educação Ambiental como catalisadora de mudanças positivas na sociedade.

Diante dos desafios ambientais da atualidade, a consciência climática faz parte da Educação Ambiental e requer atenção no planejamento dos professores da rede estadual. Além das habilidades da BNCC e da Matriz de Referência que devem ser contempladas no planejamento, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, também pode ser um recurso importante no desenvolvimento das aulas, por se tratar de um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável.



Meta 13.3: Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

A Educação Ambiental tem como objetivo promover a compreensão dos conceitos relacionados ao meio ambiente, sustentabilidade, preservação e conservação. Este tema transversal busca o desenvolvimento de cidadãos conscientes e críticos, fortalecendo práticas cidadãs importantes na busca de soluções e adaptações para os desafios climáticos contemporâneos enfrentados pelas atuais e futuras gerações.

A seguir, algumas datas que podem ser utilizadas como culminância de ações desenvolvidas durante todo o ano letivo. Lembre-se que o tema transversal, Educação Ambiental, deve ser integrado de forma contínua ao longo do ano, não apenas em datas pontuais, bem como em eventos como a mostra científica da rede estadual de ensino.

- Semana Mundial do Meio Ambiente - 01/05 a 08/06: desenvolver temas ambientais emergentes como crise hídrica, crise climática, direitos dos animais, migração ambiental, economia circular, racismo ambiental, dentre outros, reconhecendo ações antrópicas positivas e negativas e buscando alternativas sustentáveis, tanto individuais quanto coletivas.
- Semana Estadual da Água - 07 a 11/10: priorizar a crise hídrica em uma abordagem ecossistêmica, identificando ações antrópicas positivas e negativas que afetam tanto os seres humanos quanto os demais seres vivos.

Educação em Direitos Humanos (EDH)

A Educação em Direitos Humanos tem como propósito promover mudanças e transformações sociais que tragam benefício a todos os sujeitos. As temáticas abordadas devem fazer parte do nosso cotidiano e perpassar a vida de pessoas e situações das populações, ditas minoritárias, que vivenciam experiências diferentes das normas constituídas pela cultura e sociedade atual.

A escola deve ser entendida como um lugar onde são estruturadas as concepções de mundo e de consciência social, onde diferentes valores circulam e se consolidam, em que deve haver a promoção da diversidade cultural, uma formação integral para a cidadania, para a constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas educacionais. Equipe diretiva e pedagógica, professores e estudantes devem ficar atentos na promoção e construção de um ambiente de respeito e de aprendizagem mútua.

A Educação em Direitos Humanos deve ser promovida em três dimensões:

- a) conhecimentos e habilidades: compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana;
- b) valores, atitudes e comportamentos: desenvolver valores e fortalecer atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos;
- c) ações: desencadear atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2018, p.19).

Além disso, é fundamental que a Educação em Direitos Humanos estruture-se

Na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, de gênero, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2018, p. 11).

Conforme o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 8 de 2012, que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, “as metodologias de ensino na educação básica devem privilegiar a participação ativa dos estudantes como construtores dos seus conhecimentos, de forma problematizadora, interativa, participativa e dialógica”. Sob diferentes abordagens, devem apontar informações com evidências contemporâneas, identificando nos Direitos Humanos, uma prática social indispensável no processo educacional.

Algumas abordagens pedagógicas podem ser trabalhadas, de forma transversal e/ou interdisciplinar, adequada ao contexto e realidade educacional e social das suas comunidades:

- Construir princípios de convivência e de organização da escola, com a participação direta dos estudantes.
 - Debater questões relacionadas à vida da comunidade, tais como problemas de saúde, educação, segurança, moradia, direito ao trabalho e à proteção contra o desemprego, ética, liberdade de opinião e expressão, diversidade cultural, a não violência e outras temáticas.
 - Construir mapa conceitual dos Direitos Humanos.
 - Pesquisar e analisar os direitos civis, políticos, econômicos e sociais a partir das experiências dos estudantes e situações do cotidiano.
 - Trabalhar os conteúdos curriculares integrando-os aos temas dos Direitos Humanos, por meio das diferentes linguagens: musical, corporal, teatral, literária, plástica, poética, entre outras, com metodologias ativas, participativas e de construção coletiva.
- **Dia Nacional dos Direitos Humanos - 12 de agosto:** o acesso à educação de qualidade é um dos Direitos Humanos exercidos pelos estudantes e que pode servir como ponto de partida para projetos nesse tema. É importante que os estudantes percebam, através das atividades da escola, que o respeito e convivência com as diferenças, o diálogo, a valorização da vida, os espaços de participação social são Direitos Humanos. Dessa forma, os professores devem ser orientados para que incluam nos seus planejamentos atividades que construam essas discussões, e também que o espaço da sala de aula se torne acolhedor e respeitoso.
- **Semana Estadual da Pessoa com Deficiência - 21 a 28 de agosto:** esta data tem um tema definido pela Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PCD e PcDAH no RS (FADERS), que orienta a programação de atividades no Estado. A escola pode aderir ao tema (divulgado pela própria FADERS) para o desenvolvimento de atividades, no entanto, é preciso que durante o ano letivo o planejamento dos professores seja feito de forma a garantir que todas as atividades propostas assegurem a acessibilidade dos estudantes da educação especial. Por exemplo, ao organizar uma atividade externa como um passeio ou saída de estudos, o deslocamento dos estudantes com dificuldades de

locomoção precisa de atenção, assim como o acesso à língua de sinais brasileira (LIBRAS) durante a visita a um museu. Garantir a acessibilidade é essencial para os estudantes público da Educação Especial, mas também é uma oportunidade de que os demais estudantes percebam como podem contribuir para a inclusão, exercitando a empatia e o respeito às diferenças.

- Semana Farroupilha - 13 a 20 de setembro: a programação e tema são organizados por uma Comissão criada anualmente para esse fim, no entanto, cada professor deve incluir no seu planejamento de atividades a promoção de atividades crítico-reflexivas sobre eventos que construíram a História e o ideário do Rio Grande do Sul. A Semana Farroupilha é uma oportunidade de estudantes e comunidade escolar reconhecerem a importância do legado deixado por diferentes indivíduos e grupos na construção da História do Rio Grande do Sul, também trazendo a possibilidade de celebração e reflexão sobre diversos costumes da cultura gaúcha.
- Semana da Criança e do Adolescente - 07 a 11 de outubro: neste período é importante propor atividades que debatam sobre a importância da proteção às crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um documento importante que pode servir como ponto de partida para muitas discussões e atividades em todos os anos/séries, que podem inclusive fazer parte das atividades lúdicas e festivas oferecidas neste período pelas escolas. A inclusão dessas discussões no planejamento anual potencializam essas atividades e abrem espaço para o protagonismo juvenil na Escola.
- Semana Maria da Penha nas Escolas - 25 a 29 de novembro: esta semana tem por objetivo apresentar à comunidade gaúcha a culminância da apresentação dos trabalhos, projetos e atividades na sala de aula e nas escolas para a conscientização dos estudantes e da comunidade escolar na prevenção à violência doméstica e familiar contra meninas e mulheres. Dessa forma, é importante que os professores incluam no seu planejamento atividades que permitam reflexões sobre o combate à violência contra mulheres, com a possibilidade de trazer o debate sobre as diferentes formas de violência ocorridas também contra meninas e adolescentes, mesmo que já desenvolvidas durante a Semana da Criança e do Adolescente.

A efetivação da Educação em Direitos Humanos é um compromisso de toda a comunidade escolar na promoção de uma educação voltada para a democracia, o exercício da cidadania, a prevenção e a superação de todas as formas de preconceito, discriminações e violências.

Nesse sentido, compete aos professores, de todos os componentes curriculares, trabalharem os conteúdos para desmistificar preconceitos e promover a equidade e o respeito em relação a toda diversidade humana. Cabe, ainda, utilizar diferentes recursos didáticos que valorizem, em suas práticas de ensino/aprendizagem, a temática dos Direitos Humanos.

Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)

A Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) constitui-se como uma política embasada em princípios, referências teóricas, práticas e conceitos com o propósito de efetuar uma

transformação profunda na educação brasileira em todas as esferas, bem como nos padrões de convivência das relações étnico-raciais. Essa abordagem é voltada para a promoção da equidade racial, justiça e inclusão social, visando assegurar os direitos de aprendizagem do estudante negro, indígena e de outros grupos étnico-raciais que enfrentam exclusão social.

Um de seus objetivos é superar a desigualdade na educação, bem como criar condições, por meio de políticas públicas de educação, para que toda a diversidade cultural e étnico-racial presentes no Brasil estejam inseridas e representadas na escola. Como política pública busca “mudança de mentalidade, de maneiras de pensar e agir dos indivíduos em particular, assim como das instituições e de suas tradições culturais”¹. As transformações são “éticas, culturais, pedagógicas e políticas, assim como, nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas e no modo de tratar as pessoas negras”,² indígenas e de outros grupos étnico-raciais que são excluídos socialmente.

Desse modo, a escola forma não apenas estudantes, mas também professores, equipe diretiva, funcionários, famílias e a comunidade escolar como um todo. Essa abordagem contribui integralmente para a formação de hábitos, comportamentos e valores que colaboram para todos sejam protagonistas no combate ao racismo e à discriminação étnica.

Estudar as “contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes asiáticos, além das de raiz africana e europeia” (Parecer CNE nº003/2004, p. 8), é reescrever e recontar a história do Brasil e do Rio Grande do Sul a partir da realidade que, esses povos hoje compõem as identidades nacional e regionais, a partir das suas produções na ciência, cultura, pedagogias e etc, sem perder de vista a desconstrução e erradicação de condutas, práticas e padrões preconceituosos, racistas e excludentes da atualidade no enfrentamento à branquitude³.

Para um planejamento contextualizado da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), torna-se crucial que os professores tenham acesso às informações acerca da diversidade étnico-racial dos estudantes. Essa acessibilidade possibilita a criação de oportunidades para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas, contribuindo para a promoção de um ambiente de aprendizado equitativo. Vale ressaltar que os dados sobre raça/cor nas escolas, coletados no momento da matrícula, transcendem a mera coleta estatística. Eles desempenham um papel fundamental ao identificar disparidades e lacunas que impactam diferentes grupos, abrindo caminho para a implementação de estratégias específicas no enfrentamento das desigualdades na reeducação das relações étnico-raciais.

Na rede estadual, orienta-se que as datas abaixo relacionadas sejam trabalhadas nas escolas como um momento de celebração e culminâncias das atividades realizadas durante todo o ano letivo:

- **Dia internacional de Combate à Discriminação Racial e Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé (Lei 14.519/2023) - 21/03**: ambas as datas são memoradas no mesmo dia. Na ocasião, devemos trabalhar para que as religiões de matrizes africanas sejam reconhecidas e respeitadas. Os atos discriminatórios começam

¹ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, 2003.

² Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, 2003.

³ Para saber mais sobre o conceito de branquitude acesse o vídeo:

<https://youtu.be/EC-IywB3dEA?si=5vofK4Y11KwHQ69Z>

quando as crenças, os deuses, as danças, as vestes e demais rituais afros são ridicularizados e/ou associados a situações ruins. O conhecimento dos mitos e das origens dessas religiões é um dos caminhos possíveis para que possa ser promovida a equidade das religiões afros frente à sociedade brasileira.

- **Dia dos Povos Indígenas - 19/04**: nesta data deve-se superar as imagens estereotipadas de representações negativas em relação aos povos indígenas, como, por exemplo, vestes, cocares, ocas, danças, músicas e pinturas corporais utilizadas nos estudantes. Outro equívoco cometido é a utilização de imagens de indígenas sendo catequizados por padres católicos como um momento de “redenção”; o desconhecimento de indígenas que vivem em áreas urbanas, como se ao deixar a aldeia eles deixassem de ser indígenas, assim como textos e desenhos que reforçam uma visão deturpada, preconceituosa e racista dos mesmos, entre outras. É importante reforçar a riqueza, a diversidade e os conhecimentos produzidos pelas culturas dos povos indígenas, bem como compreender as diferentes formas de lutas contra as intervenções sobre seus territórios, culturas e corpos, em especial no Rio Grande do Sul.
- **Dia Internacional dos Povos Indígenas - 09/08**: momento importante para retomar as pautas indígenas e desmistificar estereótipos racistas. Nesta data é importante que os estudantes compreendam a diversidade dos povos indígenas, não apenas no território nacional, mas em escala internacional também, evidenciando a amplitude do processo colonialista e as diferentes formas de resistências desses povos, assim como as suas riquezas culturais.
- **Semana da Consciência Negra - 18 a 22/11**: O planejamento dos professores deve contemplar a presença de pessoas negras em diferentes áreas do conhecimento de forma a desconstruir uma das principais bases do racismo: a desumanização. É importante que os materiais selecionados pelos professores apresentem pessoas negras (e a maior diversidade possível) como forma de evidenciar a capacidade intelectual e o protagonismo da população negra a fim de combater o racismo, evitando imagens de negros e negras escravizados e torturados, ou seja, evitar o foco nas representações de presença de pessoas negras apenas pelo viés da desumanização.

Em resumo, o planejamento anual dos professores deve indicar propostas de atividades apropriadas para o desenvolvimento das habilidades relacionadas à Educação em Relações Étnico-Raciais (ERER) no ano/série correspondente. Isso inclui a incorporação de metodologias ativas e o uso de instrumentos de avaliação que permitam verificar o progresso dessas habilidades, por meio de produções orais e escritas, bem como pela observação do professor. Além disso, é fundamental valorizar as produções realizadas pelos estudantes, tanto individualmente quanto em grupo, durante o trabalho pedagógico.

Nesse contexto, a validação do planejamento pelo Supervisor é fundamental, envolvendo discussões e orientações sobre as melhores estratégias para datas relevantes e para cada ano/série. Importante ressaltar que as temáticas de ERER devem ser integradas ao currículo escolar ao longo do ano letivo, indo além das datas indicadas e permeando todos os componentes curriculares.

Dicas de materiais:

- ★ Acesse o link: [Apostila de jogos Infantis Africanos e Afro-brasileiros](#)

- ★ Confira os materiais produzidos pela reportagem [Nossa Voz 2022: confira a revista digital sobre os heróis negros da Seleção na história das Copas](#) do programa Globo Esporte RS/ RBSTV.
- ★ Para saber mais palavras de origem africana e seus significados: [clique aqui](#); [Jogo online palavras de origem africana](#)
- ★ Documentário [SOU \(2010\)](#) um registro histórico-poético sobre a identidade afro-gaúcha, tendo como base a vida e a obra de Oliveira Silveira.
- ★ Sobre a manifestação de SLAM (poesia falada) pode-se apresentar [Tem Preto no Sul](#) do Poeta Bruno Negrão que integra o coletivo de jovens negros Poetas Vivos.
- ★ Conheça o material [Caderno de propostas de ensino para uma matemática antirracista](#)
- ★ Consulte o Infográfico [desigualdade dos impactos da pandemia na trajetória escolar de jovens negros](#) no site Porvir que pode ser utilizado e adaptado para sua turma.
- ★ A partir das vivências das alunas e alunos pode-se abordar a matemática presente nas artes de trançar cabelos, que as (os) trançistas aplicam nos seus trabalhos [As matemáticas das negras](#).
- ★ Acesse aqui o relatório [Panorama das desigualdades de raça/cor no Rio Grande do Sul da SPGG/RS](#).
- ★ Videoclipe da Música [Latinoamerica do Grupo Calle 13](#) para abordar as diferentes percepções geo-históricas sobre o continente americano.
- ★ Como fonte histórica da formação do RS acesse o vídeo [História do Índio Gaúcho \(entrevista com indígena José Cirilo Morinico da Aldeia Guarani Anhetengúá/RS\)](#)
- ★ Acesse o [Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares de EREER e o Ensino das Culturas e Histórias Afro-brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas](#).

EXPRESSÃO DE RESULTADOS

O registro da expressão de resultados de avaliação de aprendizagem dos estudantes na Rede Estadual é orientado pela Portaria SEDUC nº 552/2023 que aponta que cada Escola deve definir o processo de avaliação da aprendizagem dos estudantes a ser implementado no decorrer dos trimestres letivos, considerando as especificidades de cada componente curricular apontada na referida Portaria.

No 1º e 2º anos do Ensino Fundamental e Ensino Fundamental em Tempo Integral os registros das avaliações trimestrais se darão por meio de Parecer Descritivo emitido pelos professores da turma, apresentando a descrição do desenvolvimento das habilidades dos estudantes nos componentes curriculares que integram a matriz curricular. Para 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Fundamental em Tempo Integral e para o Ensino Médio e Ensino Médio em Tempo Integral os registros da avaliação trimestral serão expressos por notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), permitindo-se os decimais, para cada um dos componentes curriculares da Matriz considerando os pesos descritos na Portaria para definição da Média anual.

Deve-se observar os componentes curriculares cuja expressão de resultados deverá ser realizada por Parecer Descritivo:

- Mediação de Estudos do Ensino Fundamental em Tempo Integral
- Projeto de Vida do Ensino Fundamental, Ensino Fundamental em Tempo Integral, Ensino Médio, Ensino Médio em Tempo Integral e EJA na Totalidade 7;
- Unidades Curriculares Eletivas previstas para o Ensino Médio e Ensino Médio em Tempo Integral;
- Componentes Curriculares do Pós-Médio, Estudos Orientados e Mentoria do Ensino Médio em Tempo Integral;

Para organização do ano letivo é importante que a equipe diretiva planeje os movimentos de avaliação da escola para promover, ao longo dos trimestres, o desenvolvimento das habilidades previstas nas diretrizes pedagógicas vigentes com vistas à aquisição das competências gerais da Educação Básica. Desta forma, as práticas avaliativas devem ser baseadas no percurso da aprendizagem de cada estudante, resultando na avaliação do desenvolvimento das habilidades e competências ao final do período letivo.

É importante destacar que a avaliação deve se tornar uma importante aliada da aprendizagem quando entendemos o que queremos com ela (finalidade da avaliação) e, por consequência, qual instrumento de avaliação melhor atende aos propósitos estabelecidos. As avaliações podem contar com diferentes estratégias e formatos: o melhor instrumento de avaliação será aquele que atende de maneira coerente os objetivos para os quais foi projetada.

Para o início do ano letivo é importante que todos os professores incluam em seus planejamentos atividades dedicadas ao diagnóstico de aprendizagem dos estudantes. O diagnóstico é fundamental para que se possa entender a realidade dos estudantes em relação às aprendizagens essenciais e estruturar planejamentos de aula coerentes com essa realidade.

A partir da avaliação diagnóstica da turma, o professor irá propor estratégias diversificadas para o processo de ensino e aprendizagem, visando a recomposição e a recuperação de habilidades não consolidadas pelo estudante em cada trimestre.

Com o resultado da avaliação diagnóstica da turma o professor, com o apoio do supervisor escolar, instala o movimento 1 dos Estudos de Aprendizagem Contínua ao longo do trimestre com foco nas habilidades basilares que os estudantes deverão ter consolidadas para continuidade dos estudos no próximo trimestre. Incluindo nesse movimento o planejamento baseado nas Metodologias Ativas, na Escuta Ativa e Comunicação não violenta, no Uso do Erro a favor da Aprendizagem e dando devolutivas ao estudante sobre o seu processo de aprendizagem.

Ao final do trimestre, em período específico, o professor juntamente com o supervisor escolar elegem as habilidades basilares que ainda necessitam consolidação pelos estudantes, chamado Movimento 2 dos Estudos de Aprendizagem. Nesse movimento, as estratégias e os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados e que permitam atingir a consolidação das habilidades.

É importante salientar que os Movimentos 1 e 2 dos Estudos de Aprendizagem são contínuos e a expressão de resultados não é estanque e pode ser alterada a qualquer tempo demonstrando o avanço do estudante ao longo dos trimestres, permitindo que o planejamento contemple habilidades mais complexas.

Dessa forma, as escolas promoverão, a qualquer tempo, ao longo dos trimestres, oportunidades de aprendizagens aos estudantes, objetivando a recomposição e a recuperação das habilidades a fim de consolidá-las para o avanço na sua trajetória escolar. A partir dos resultados obtidos deve ser feito o registro da expressão desses resultados.

AVALIAÇÕES DA REDE

Em 2024, a Rede Estadual dará continuidade a aplicações de avaliações externas sistemáticas, tanto no intuito de auxiliar o trabalho de gestão e de docência na escola, como de subsidiar a criação/manutenção de políticas públicas estaduais.

Serão aplicadas avaliações no início do ano letivo (Av. Diagnóstica), no início do 2º semestre (Av. Formativa) e no final do ano letivo (somativa - SAERS).

As informações coletadas nas avaliações diagnóstica e formativa possibilitam ao professor direcionar a sua prática no processo de ensino-aprendizagem e sinalizar as habilidades a serem desenvolvidas e intensificadas, com informações acerca dos padrões de desempenho em que se encontram os estudantes de cada uma de suas turmas, considerando a etapa e o componente curricular avaliados. Esses dados se somam a outros produzidos pelo professor em sala de aula, para que, a partir deles, acione a melhor estratégia para garantir as aprendizagens previstas e ainda não consolidadas, buscando a diminuição das desigualdades educacionais.

Além disso, os indicadores educacionais produzidos pelas avaliações nos níveis do estudante, da turma, da escola e do município possibilitam monitorar a evolução de toda a rede de ensino ao longo do ano letivo, configurando-se numa ferramenta necessária para acompanhar o processo de recomposição da aprendizagem.

Calendário de Avaliações 2024 (Previsão conforme Portaria SEDUC/RS Nº 454/2023)



Avaliação Diagnóstica e Formativa da Rede - Ferramenta Pedagógica

O par de avaliações que compreende a Diagnóstica e Formativa, também conhecidas como “Avaliar é TRI!” é, dentro do conjunto de avaliações oficiais do Estado do RS, a que tem maior potencial para ajuste para a realidade e necessidades de cada escola e cada docente. São avaliações aplicadas para quase todos os anos da Educação Básica, exceto o 1º Ano do Ensino Fundamental, que são feitas de forma impressa no 2º e 3º Ano do E.F. mas têm formato virtual a partir do 4º Ano

até o final do Ensino Médio, sendo realizadas através dos Chromebooks e de plataforma encomendada e contratada para este fim. Isso permite maior flexibilidade à escola na aplicação, que é feita pelos próprios membros da equipe escolar, e muito mais agilidade para receber a devolutiva dos resultados dos estudantes, o que garante a relevância para uso pedagógico dentro de um ano letivo.

Como esse par de avaliações não necessita ter toda a rigidez procedimental que o SAERS ou o SAEB têm, também é possível acrescentar a ele mais soluções para acessibilidade de estudantes PcDs, uma novidade que será implementada a partir da Avaliação Formativa deste ano. Também em 2024 essas avaliações passam a ter resultados mais detalhados, cruzados com variáveis socioeconômicas dos estudantes. Além disso, passam a contar com análise pedagógica dos itens dos testes e sugestões de intervenções desenvolvidas por especialistas contratados.

A fase Diagnóstica da avaliação, pretende, avaliar quais são as principais habilidades em Língua Portuguesa e Matemática que os estudantes melhor desenvolveram em seu percurso escolar prévio, nos anos anteriores. Ao mesmo tempo, busca identificar os maiores desafios que os estudantes avaliados provavelmente terão nas aprendizagens previstas para o ano escolar em que recém ingressaram. Assim, a ideia é mostrar possíveis pontos de partida, ajudar a guiar a definição, pelos professores e supervisores, de prioridades e estratégias pedagógicas baseadas em evidências a fim de evitar e corrigir defasagens.

Já o objetivo da avaliação Formativa é proporcionar um ponto de informação para comparação, provendo uma métrica para a própria escola acompanhar como foi o impacto das estratégias que foram desenvolvidas a partir dos resultados da Avaliação Diagnóstica. Evidências do sucesso das estratégias poderão ser indicadas pelo tamanho do avanço na proficiência dos estudantes nas habilidades onde haviam sido encontradas dificuldades anteriormente. Por exemplo, se em duas turmas diferentes foi aplicada a mesma estratégia para melhorar a aprendizagem dos estudantes, em qual das duas o resultado foi mais efetivo? Em quais habilidades foi mais difícil obter o impacto planejado? E quais hipóteses podem ajudar a explicar o que ocorreu?

Avaliação Somativa - SAERS - Coleta de Dados Estatísticos da Rede Pública

Chamamos de Avaliação Somativa quando ela ocorre no final do processo. O SAERS, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul, permite evidenciar uma percepção global e sistêmica sobre o aprendizado consolidado ao final de cada período ou etapa escolar nas escolas públicas do nosso estado.

O SAERS avalia o desempenho dos estudantes da rede pública estadual e das redes públicas municipais do Rio Grande do Sul, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática. Abrangendo os 497 municípios, nas jurisdições das 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) e nas 28 Associações de Municípios da FAMURS.

A avaliação é aplicada anualmente, nas turmas de educação de tipo “Regular”, no 2º, 5º e 9º Ano no Ensino Fundamental e 3º Ano do Ensino Médio. Além dos testes compostos de itens de múltipla escolha, a avaliação também conta com “Questionários Contextuais” em formato semelhante ao SAEB, que visam coletar dados sobre a realidade das escolas e do dia a dia de diretores, professores e estudantes, principalmente no que toca a questões críticas da como infraestrutura, clima escolar, renda e escolaridade familiar dos estudantes, direitos humanos e

inclusão. A análise contextual dos dados, que deriva da combinação dessas variáveis, fornece evidências para subsidiar a implementação, a reformulação e o monitoramento de políticas públicas educacionais, na busca de melhoria da qualidade da educação pública no Rio Grande do Sul.

Não obstante aos objetivos de ordem institucional, o SAERS, também entrega os resultados de todos os estudantes avaliados em plataforma on-line, possibilitando a apropriação dos resultados pelos professores e gestores escolares, bem como, o uso pedagógico destes resultados, que é a grande aposta do Departamento de Avaliação Educacional.

Avaliação de Fluência Leitora

A avaliação de fluência visa aferir a capacidade de os alunos lerem com velocidade e precisão (automaticidade), um número de palavras dicionarizadas e palavras inventadas (pseudopalavras), isoladas, e um pequeno texto narrativo em determinado tempo.

A Avaliação de Fluência avalia estudantes dos 2º anos do Ensino Fundamental e diferente das demais, com foco direcionado à leitura, os resultados são apresentados em uma “Escala de Fluência em Leitura”, com “Perfis de Leitor” divididos em níveis, para cada estudante avaliado.

- Pré-leitor: O estudante não dispõe de condições para realizar uma leitura oral e, quando o faz, isso exige muito esforço. São subdivididos em 4 níveis:
 - Nível 1: O estudante não realizou a leitura OU disse letras, sílabas ou palavras que não constavam no item.
 - Nível 2: O estudante nomeou letras isoladas das palavras constantes no item, ou seja, identificou letras.
 - Nível 3: O estudante silabou ao realizar a leitura das palavras constantes no item.
 - Nível 4: O estudante leu até 10 palavras e 5 pseudopalavras constantes no item.
- Iniciante: o estudante cujo desempenho o posiciona nesse perfil conseguiu, no tempo de 60 segundos, ler corretamente 11 ou mais palavras e seis ou mais pseudopalavras constantes nos itens do teste.

Isso significa que esse estudante demonstra já ter se apropriado das regras que organizam o sistema de escrita alfabética, mas ainda apresenta dificuldades com a base ortográfica, o que faz com que ainda leve mais tempo no processo de decodificação das palavras que apresentem padrões silábicos não canônicos ou cuja correspondência entre fonemas e grafemas não seja regular, ou ainda no caso de palavras que sejam pouco familiares e/ou pouco frequentes na Língua Portuguesa. Esse estudante pode mesmo conseguir ler pequenos fragmentos textuais, mas ainda o faz cometendo muitos desvios na leitura, o que compromete a automaticidade esperada para poder ser considerado um leitor fluente.

- Fluente: O estudante alocado nesse perfil leu corretamente, no tempo de 60 segundos, mais de 65 palavras com uma precisão igual ou superior a 90%, considerando-se o texto narrativo constante no teste.

Esse estudante é aquele que já venceu os desafios relacionados à decodificação das palavras, revelando já ter automatizado processos relativos ao reconhecimento das palavras e dominado o

princípio alfabético que organiza a escrita em Língua Portuguesa na variante brasileira, ou seja, as relações entre fonemas e grafemas. Além disso, esse estudante revela ser capaz de chegar ao final da leitura do texto e responder às questões de compreensão que lhe foram apresentadas, construindo, possivelmente, sentidos para o que lê.

FORMAÇÕES PARA A REDE

A aprendizagem é um processo dinâmico que transcende a sala de aula e a conclusão da formação inicial. É na busca constante por conhecimento, que os profissionais da educação, encontram ferramentas para enfrentar os desafios contemporâneos e promover uma educação de qualidade. A formação continuada se revela, assim, como uma estratégia eficaz para aprimorar práticas pedagógicas, incorporar inovações e proporcionar experiências mais enriquecedoras aos estudantes.

A formação continuada planejada e oportunizada pela SEDUC/RS, através do Departamento de Gestão do Centro de Desenvolvimento dos Profissionais da Educação, é um compromisso fundamental no desenvolvimento dos profissionais da educação, com formações ofertadas em diferentes formatos e modalidades, atendendo às necessidades específicas de cada educador.

As Trilhas Formativas constituem percursos educativos que guiam os educadores por uma sequência de conteúdos inter-relacionados, construindo conhecimentos de maneira progressiva e integrada. Essa abordagem assemelha-se a um roteiro, oferecendo uma jornada coesa e estruturada, ideal para o aprofundamento em áreas específicas ou para o desenvolvimento de competências específicas.

No âmbito da SEDUC/RS, as diretrizes para 2024 refletem um compromisso sólido com o respeito à diversidade, a inclusão e a equidade. Esses princípios norteiam a oferta de formações continuadas, assegurando que os profissionais estejam preparados para atender às necessidades específicas de cada estudante, independentemente de suas características individuais.

Teremos as seguintes Trilhas formativas em 2024:

1. Ensino Médio em Tempo Integral
2. Trilha Antirracista
3. Jovem de Futuro
4. Tecnologia e Inovação
5. Avaliação e Monitoramento
6. Modalidades
7. Temas transversais
8. Convivência
9. Educação Especial
10. Ensino Fundamental
11. Ensino Médio Gaúcho
12. Carreira
13. Alfabetiza Tchê
14. Mentoria Pedagógica

[Nesta planilha](#) temos a previsão de oferta para cada trilha.

MODALIDADES

Educação do Campo

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que ocorre em espaços rurais e é voltada para populações identificadas como os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Tem como objetivo possibilitar que crianças e jovens se desenvolvam de forma integral, em um espaço que respeite a sua cultura e valores.

Compreende a Educação Básica em níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e diferentes modalidades, a Educação Escolar Indígena, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e Tecnológica, destinando-se ao atendimento às populações do campo em suas mais variadas formas de reprodução da vida.

Conforme Decreto Federal nº 7352/2010 que dispõe sobre a política de educação do campo, em seu art. 1º define como escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Porém, não basta somente a escola estar localizada no campo ou atender predominantemente alunos oriundos do campo, é necessário que a escola tenha identidade de escola do campo, sendo essa identidade definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível, e nos projetos desenvolvidos para além do seu espaço na sociedade e projetos que possibilitem pensar no desenvolvimento para além do seu espaço, da sua comunidade próxima ou da região, e da relação dessa região com o desenvolvimento global, integral.

Promover a vida no campo é essencial para um verdadeiro projeto educacional. É a articulação com um projeto de lugar e comunidade que concebe a escola do campo, seu principal objetivo.

A ação da escola do campo e sua proposta pedagógica não pode limitar-se aos modelos já construídos, pois cada escola é única, com sua realidade, agricultura local, comunidade, território onde está inserida, e deve oferecer uma educação escolar específica associada à produção de vida, do conhecimento e da cultura do campo, desenvolvendo ações coletivas com a comunidade escolar numa perspectiva de qualificar o processo ensino aprendizagem.

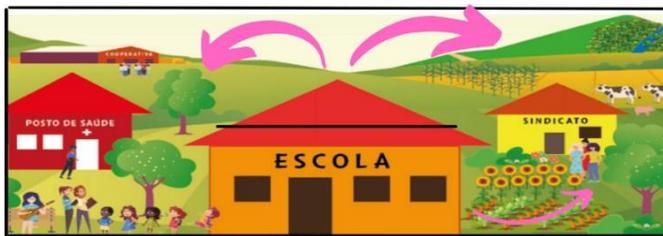


Imagem 1: Tríade das escolas do campo: Comunidade, Agricultura Local, Família. Contag. Disponível em <<https://finneti.org.br/noticias/2021/02/12/finneti-assina-carta-manifesto-em-defesa-das-escolas-do-campo/>>.

A escola deve estar voltada para a perspectiva de educar a partir do mundo do campo e para o campo, por projetos pedagógicos contextualizados com a produção do conhecimento, oportunizando intervenções sociais na realidade dos sujeitos que vivem no campo, possibilitando o desenvolvimento local com qualidade de vida e sustentabilidade.

Dimensão pedagógica

Para construir a Dimensão Pedagógica, deve-se considerar a Legislação vigente que normatiza a Educação Básica do Campo e os Princípios da identidade da escola do campo:

- Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e respeito ao bem comum;
- Princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à democracia;
- Princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade, da qualidade e da diversidade cultural;
- Princípio Político de explicitar o papel da escola junto a construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável;
- Princípio da Interdisciplinaridade onde a construção do conhecimento precisa ser vista de maneira integrada e interdisciplinar e a partir do contexto local;

A Escola do campo precisa estar onde os sujeitos estão. Por isso, ela deve ser pensada, construída e organizada no Campo.

O fato de estar no campo, também interfere na produção dos conhecimentos, porque será uma escola vinculada à realidade e necessidades dos estudantes. Na perspectiva de escola do campo, todas as atividades desenvolvidas dentro e fora da sala de aula e demais questões pedagógicas devem considerar que a Escola do Campo se alicerça em eixos estruturantes voltados ao meio rural, tais como:

Investigação Científica: Aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e das demandas locais e coletivas, assim como a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade campestre.

Desta forma, a Escola do Campo, visa a pesquisa como ato educativo e transformador, enquanto processo investigativo que, nos projetos pedagógicos, asseguram a necessária união entre teoria e prática, entre conhecimentos empíricos e científicos, articulando pensamento e ação.

A investigação científica como princípio educativo é fundamentada no diálogo, envolve alunos e professores em um processo permanente de questionamento e reflexão sobre a realidade, motivando o estudante a expressar-se com autonomia, questionar, argumentar e defender pontos de vista; investigar, interpretar e analisar dados, construindo e reconstruindo o conhecimento.

Processos Criativos: Uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas para a resolução de problemas identificados no meio rural.

Aplicar através do conhecimento científico construído na Escola do Campo, teorias e práticas que mais se adequam a realidade do estudante, enquanto sujeito do campo, despertando a criatividade, criticidade e pensando em um desenvolvimento integral, onde faz parte a busca da resolução para os problemas de saneamento, de saúde, de educação, do trabalho, da fome, da moradia, do abastecimento de água, entre outros.

Intervenção e Mediação Sociocultural: Mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade.

A Educação do Campo, precisa estar articulada desde a Educação Infantil até o Ensino Médio do Campo, numa perspectiva do desenvolvimento integral, pensando que o local, o território, pode ser reinventado através de suas potencialidades tanto culturais e sociais quanto econômicas.

Empreendedorismo: Mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos e para a produção do campo com o uso das tecnologias adequadas a esta proposta inovadora.

Neste perfil, a escola precisa pensar em metodologias, currículo, práticas pedagógicas para preparar os jovens camponeses para permanecerem no meio rural, mostrando-lhes que são capazes de identificar problemas vinculados ao campo, encontrar soluções, através do exercício da criatividade, da capacidade de organização e planejamento, da responsabilidade e liderança, através do desenvolvimento de competências empreendedoras, preparando sujeitos para ações sociais, políticas e econômicas sustentáveis.

Competências da BNCC:

Além dos Eixos Estruturantes voltados ao meio rural, faz-se necessário considerar as 10 competências gerais da Educação Básica que precisam ser desenvolvidas ao longo do processo formativo, conforme a BNCC.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BNCC, pág. 10).

Elas precisam estar em consonância com o Século XXI, observando os preceitos éticos, estéticos e políticos, dos valores, das habilidades necessárias para viver no tempo atual, onde o estudante também é motivado a interagir, ser protagonista de suas escolhas, assumindo um papel mais participativo na comunidade, propondo mudanças, analisando possibilidades capazes de mudar

a sua realidade, de forma que ele seja capaz de construir e expor argumentos, expressando seus princípios e valores.

É necessário considerar as grandes descobertas científicas na era da modernidade, da tecnologia, do consumismo, dos padrões de beleza que exigem que as escolas também acompanhem as mudanças e transformações que estão ocorrendo.

É inegável que o desenvolvimento tecnológico tem incentivado as novas gerações a obterem conhecimento interligado ao mundo cibernético da comunicação via internet.

E, diante desta realidade, a escola do campo, através de seus gestores e educadores têm como desafio cotidiano, de usar a tecnologia como aliada e indispensável ferramenta para a prática pedagógica.

Mesmo que o sinal de internet ainda seja precário no meio rural, a função dos computadores e, sobretudo, dos celulares passam a ter uma significação de valores específicos no mundo atual, também para os jovens do campo.

Esse modelo de educação tecnológica proporciona aos estudantes submergir constantemente no universo de aprendizagens e conhecimentos, permitindo-lhes produzir práticas inovadoras para lidar com a terra, a água, a floresta e a vida na sua diversidade, garantido também a inovação nas suas propriedades.

Com o surgimento das novas tecnologias como o computador, celulares e a internet, por exemplo, os estudantes têm a oportunidade de expressarem-se por meio de suas representações, por mais simples que sejam, reviver a partir da cultura local e viabilizar maior interação com seu contexto e no cenário de aproximação com os outros.

Cabe aos educadores serem os motivadores e pesquisadores juntamente com os estudantes camponeses, possibilitando uma formação omnilateral, que os torne sujeitos participativos, dialógicos, humanizados, capazes de estabelecer os alicerces de uma nova realidade para o campo e sendo os protagonistas de suas histórias.

Importante ratificar que quando falamos em educação diferenciada, nos referimos a uma educação específica, isto é alicerçada em um contexto próprio, direcionada aos interesses e às necessidades da população que habita e trabalha neste ambiente.

A escola do/no campo precisa dar conta das mudanças que vêm ocorrendo e, especialmente no cotidiano escolar, utilizar de metodologias que traduzam essa concepção de escola, tanto na sua estrutura física, bem como também na sua prática pedagógica.

Não esquecendo que a realidade do campo é muito diversificada, e deste modo, a educação do/no campo não pode ser congênere para todos os sujeitos camponeses, mas deve ser articulada às demandas específicas de cada comunidade, território, sem desconsiderar o contexto maior.

Em síntese, é necessário que o currículo, metodologias, objetos do conhecimento desenvolvidos nas escolas do campo, contemplem as relações com o trabalho na terra e o vínculo entre educação e cultura, tornando a escola um espaço de desenvolvimento cultural de toda a comunidade.

Por isso, os saberes construídos no contexto das práticas pedagógicas das escolas do campo devem tanto partir da vida dos estudantes, quanto se voltar à ampliação das competências reais dos mesmos, para intervirem de forma crítica e eficaz, enquanto sujeitos responsáveis pela transformação social da realidade campesina.

Nesse sentido, a Educação do Campo deve possibilitar aos estudantes, a formação de sujeitos críticos, capazes de construir um projeto de desenvolvimento sustentável para o campo.

Educação Especial

O início do ano letivo traz consigo o desejo de boas-vindas e acolhimento aos estudantes público da Educação Especial que são atendidos em todas as escolas da rede estadual, a qual dispõe de: Salas de Recursos, Escolas Especiais destinadas aos discentes com Deficiência Intelectual, Classes Especiais para estudantes com Deficiência Intelectual e Surdez, Deficiência Auditiva e Escolas Bilíngues para Surdos.

A acolhida deve ocorrer de maneira harmoniosa e equitativa dentro da escola, pois a importância dessa recepção é fundamental para estabelecer laços significativos com os estudantes. O planejamento anual das escolas com estudantes da Educação Especial deverá assegurar recursos e serviços educacionais especializados para garantir a acessibilidade a todos. A acessibilidade tem como premissa o rompimento de barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, metodológicas, instrumentais e programáticas que possam impossibilitar o processo de ensino e aprendizagem.

A Educação Especial, como modalidade de ensino, perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, com isso o professor do AEE deve participar do planejamento das atividades de todos os componentes curriculares em todos os níveis. A ação pedagógica será definida pelo Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) que será elaborado pelo professor do AEE em articulação com os estudantes, professores do ensino comum, responsáveis legais dos estudantes e, se necessário, com profissionais da área da saúde que atendem os mesmos. Para esta ação, os professores do Atendimento Educacional Especializado e das Escolas Especiais deverão observar o Plano de Ação da escola e as avaliações pedagógicas de entrada. Este feito objetiva contemplar as especificidades, as habilidades e as competências previstas em cada Componente Curricular para o ano letivo de 2024. Além disso, o professor do AEE deve auxiliar os professores regentes de classes com as adequações curriculares pertinentes, bem como promover as adaptações dos estudantes nas rotinas escolares.

Para o decorrer do ano letivo são sugeridos temas sobre as pessoas com deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação. A última semana do mês de agosto, a semana da Pessoa com Deficiência, é dedicada ao desenvolvimento de trabalhos, palestras, encontros e discussões a respeito das necessidades e também da celebração das conquistas e das boas práticas pedagógicas que podem ser trabalhadas nas escolas como: temas relevantes às pessoas com deficiência intelectual, deficiência visual, conscientização do autismo, diferentes formas de acessibilidade, recursos da tecnologia assistiva entre outros.

Com relação à Educação Bilíngue para surdos, modalidade de ensino prevista na Lei 14.191/2021, que altera a Lei 9.394/1996, deverá observar a Língua de Sinais, como primeira língua de ensino, e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. A escola deverá

atentar para a proficiência, a qualificação e o conhecimento dos docentes quanto aos conhecimentos linguísticos, culturais e de identidade dos estudantes surdos.

Para os estudantes surdos, integrantes da Educação Bilíngue, o retorno à escola pode se tornar ainda mais prazeroso ao perceberem que é nesse ambiente que encontram seus pares sinalizadores. Conforme Nascimento (2016), é na escola que o sujeito surdo encontra sua "língua de conforto", a Língua Brasileira de Sinais-Libras.

O mês de setembro, mais especificamente, o dia 26, é conhecido como o Setembro Surdo e o dia 26, como o Dia Nacional do Surdo. Aconteceu nesta data, no ano de 1857, na cidade do Rio de Janeiro a criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atualmente o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, a primeira escola de surdos do Brasil. O mês de setembro é dedicado à realização de várias atividades que despertam a consciência da importância das mobilizações e lutas que contribuíram para as conquistas da comunidade surda ao longo dos anos.

As práticas avaliativas devem ser baseadas no percurso da aprendizagem de cada estudante com articulação de diferentes tipos de avaliação, desta forma, o estudante da Educação Especial será avaliado e terá seus resultados expressos conforme as orientações da Rede. Assim como, os estudantes público da Educação Especial, também participam dos Estudos de Aprendizagem Contínua.

As reuniões pedagógicas, pré-conselhos e conselhos de classe devem constituir momentos nos quais o professor do Atendimento Educacional Especializado, em colaboração com os professores regentes, avalie a efetividade do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) e das adaptações curriculares que estão sendo desenvolvidos para os estudantes da Educação Especial.

Educação de Jovens e Adultos

Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem ser vistos e atendidos respeitando suas especificidades. A população jovem, adulta e idosa que, por inúmeros fatores, não teve oportunidade de escolarização em fases anteriores da vida, mas retornou à escola, precisa ser acolhida com amorosidade. A EJA traduz a esperança e as responsabilidades de todos os envolvidos e deve primar pelo respeito às características dos estudantes, seus interesses, suas condições de vida e perspectivas de trabalho, mediante cursos regulares e oferecimento de exames (LDB 9.394/96).

Iniciando-se um novo ano letivo, propõe-se aproveitar este momento de reencontro e novos encontros com atividades que envolvam o acolhimento dos estudantes e também a valorização de suas experiências no e com o mundo. Entre as ações para o acolhimento, são possibilidades a realização de momentos culturais na escola ou em casas culturais, a presença do orientador educacional nas salas de aula, a recepção aos estudantes, a utilização de estratégias da linguagem não-violenta, a merenda escolar deve ser garantida preferencialmente no início do turno, pensando naqueles que vêm direto do trabalho.

Sendo assim, sugere-se que a comunidade escolar reflita sobre os caminhos educativos alinhando às diferentes perspectivas que envolvam o trabalho pedagógico, conectando objetivos educacionais para a vida, incorporando a contribuição de todos no desenvolvimento das aprendizagens, a partir de atividades dinâmicas e acolhedoras para que o(a) estudante possa se

sentir pertencente ao ambiente escolar. A Equipe Diretiva da escola juntamente com os(as) professores(as) devem enfatizar aos estudantes o quanto eles são importantes e incentivá-los a permanecer na escola, mostrando de forma agradável e acolhedora que a escola lhes pertence.

O planejamento semestral das atividades deve ser realizado de forma a respeitar os estudantes e inserir suas histórias de vida para que se sintam convidados a permanecer nesse espaço de aprendizagem e entendam a escola como um ambiente de troca, humano e amoroso, onde poderão construir seus projetos de vida a partir da Educação.

O enraizamento comunitário é fundamental para o reconhecimento da escola como espaço pertencente a uma comunidade. Para tanto, é importante a integração da escola com os membros da comunidade, estabelecendo um diálogo permanente com as figuras do território, como, por exemplo: agentes comunitários, membros da associação de bairro, líderes da comunidade em geral, artistas locais, etc. Conhecer e valorizar o território no qual a escola está inserida, seus eventos consolidados e suas especificidades além de fortalecer os vínculos comunitários, aprofunda os vínculos com os estudantes.

Em relação aos Núcleos de Educação de Jovens e Adultos para pessoas em situação de privação de liberdade, é de suma importância destacarmos que esses espaços se constituem como uma importante ferramenta para o exercício da cidadania, reinserção e reintegração social das pessoas em situação de privação de liberdade. O atendimento, preferencialmente presencial, é uma garantia de construção de espaço de aprendizagens compartilhadas, além de um dispositivo garantido em lei (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984) e que contempla a remição de pena pelo estudo.

A educação nas prisões é uma responsabilidade compartilhada entre as Secretarias de Educação (SEDUC) e a Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS), sendo a SEDUC responsável pela escolarização nos ambientes prisionais. O processo pedagógico nos Núcleos de Educação de Jovens e Adultos deve ocorrer de forma a observar todas as particularidades da educação que ocorre nessas instituições, como a rotatividade das pessoas e o impacto da privação de liberdade na aprendizagem e no desenvolvimento pessoal. É válido ressaltar que a escolarização nos NEEJAS é um formato que garante que os(as) estudantes sejam integrados(as) aos processos educacionais e avaliados a qualquer tempo.

Nas escolas da Socioeducação é importante observar a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. Para tanto, a garantia e a promoção desse direito está amparada em legislação própria que define princípios, parâmetros e diretrizes. Quanto às escolas inseridas nos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE/RS), é importante salientar que essas instituições fazem parte de um sistema integrado responsável pela escolarização de adolescentes em conflito com a lei e que deve buscar promover a ressocialização e a reinserção social desses jovens. Para isso é necessário desenvolver o trabalho pedagógico de maneira integrada aos diversos órgãos e setores da sociedade na execução das medidas socioeducativas, como o sistema de justiça, assistência social, saúde, educação e outros, visando a um atendimento mais completo e eficaz aos jovens em cumprimento de medida.

Para que o direito de aprendizagem dos(as) estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas seja garantido, é necessário que os agentes responsáveis trabalhem conjuntamente, entendendo esse processo como transitório e garantindo que a relação dos adolescentes com a

escolarização seja de aprendizado e que também seja de estímulo, que construam e garantam o regresso, o sucesso e a permanência desses estudantes na rede formal de ensino quando esse jovem for reintegrado ao ambiente aberto.

Em relação ao currículo, as escolas devem priorizar a dinamização das ações pedagógicas e devem seguir as orientações do Guia de Matrizes 2024, no que se refere ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

Matriz curricular - EJA

Quanto à organização curricular, orienta-se, para o 1º semestre/2024, seguir o que consta no ofício GAB/SDE/SEDUC nº 653/2023.

(...) as Matrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos - EJA Ensino Médio em 2024 seguirão a matriz atual, homologada em 2023/02.

Destacamos que, para as matrizes curriculares do Ensino Fundamental, essa orientação também deve ser seguida.

O atendimento aos Núcleos de Educação de Jovens e Adultos (NEEJAs) - Comunitários e Prisionais segue o disposto nas Resoluções CEEEd/RS 376/2023 e também as matrizes curriculares vigentes, do segundo semestre de 2023 conforme a última homologação no ISE.

Destacamos que os Núcleos de NEEJAs Comunitários devem ofertar a realização de instrumentos para a certificação de estudantes a qualquer tempo. Da mesma forma, o apoio pedagógico é fundamental para que esses estudantes obtenham êxito. Orientamos que as escolas organizem seus horários para atendimento adequado a realidade dos candidatos e realizem ampla divulgação na comunidade escolar.

Expressão dos resultados - EJA

Quanto à expressão dos resultados, as escolas devem seguir as orientações definidas pela Portaria SEDUC nº 552/2023.

Busca Ativa - EJA

A busca ativa deve ser cotidianamente realizada pela equipe escolar, sendo responsabilidade do(a) orientador(a) educacional os registros em instrumento próprio, que servirá para o monitoramento da frequência, e a interlocução com o(a) estudante infrequente, esgotando todas as tentativas para o retorno à escola.

Ausência Justificada com Critérios (AJUS) - EJA

Lembramos que a AJUS (Ausência Justificada com Critérios) deve integrar as ações pedagógicas, juntamente com os estudos compensatórios, em conformidade com a Resolução CEEEd nº 376/2023 e com o Regimento Escolar. Os critérios deverão ser elaborados pela equipe escolar, registrados em ata, e os índices de percentual são os estabelecidos nessa Resolução.

Estudos de Aprendizagem Contínua - EJA

Lembramos que o público da EJA, em grande parte, são estudantes que estiveram afastados da escola por muito tempo; portanto, são aqueles que mais necessitam de recuperação e recomposição das aprendizagens. Orientamos que esse acompanhamento seja realizado por meio de

um instrumento de monitoramento das aprendizagens, o qual embasará o planejamento do professor, a fim de oportunizar que o(a) estudante possa construir suas aprendizagens. Portanto, a participação desses estudantes nos Estudos de Aprendizagem Contínua é fundamental.

Destacamos que as estratégias para recuperação devem permear todo o semestre letivo, além da realização no período estabelecido no calendário escolar. Ressaltamos que os instrumentos que servirão para a avaliação e mudança do score do(a) estudante não devem se limitar a uma prova, mas ser ofertadas outras possibilidades para a recuperação, com atividades variadas. É importante diversificar os instrumentos avaliativos, pois cada pessoa aprende de maneira diferente em diferentes tempos.

Planejamento - EJA

Para planejar é importante conhecer os sujeitos para quem iremos comunicar, por isso sugerimos que os pontos abaixo sejam considerados.

Diagnóstico: sugerimos, no início do semestre, a realização de um diagnóstico para apoiar-se nas evidências e, a partir delas, estabelecer objetivos e estratégias para aprimorar o planejamento do professor e o desenvolvimento escolar, visando à redução dos índices de evasão e reprovação na EJA. É preciso conhecer os estudantes, suas realidades, compreender como eles aprendem e considerar as causas de evasão ou da exclusão do sistema regular de escolarização.

Recomenda-se, portanto, que a escola elabore e aplique:

- a) um instrumento de produção de dados sobre o perfil dos estudantes (formulário, questionário, etc.),
- b) um instrumento para a realização da avaliação diagnóstica da aprendizagem dos estudantes para, a partir das necessidades, realizar o planejamento das aulas. Sugestões: Exercícios; Simulações; Produção de redações; Consulta ao histórico escolar; Leitura e interpretação de textos; Elaboração de questionários; Debates; Entrevistas com alunos; Exercícios matemáticos; Uso de soluções tecnológicas.

O retorno aos estudantes a respeito do seu desempenho é fundamental: explique em que eles podem melhorar e destaque onde foram bem, quais os pontos positivos nos aprendizados consolidados

Planejamento das aulas: Sabemos que as aprendizagens dos adultos não se constituem da mesma forma nem no mesmo tempo das crianças, considerando que já possuem saberes constituídos ao longo de suas vidas e experiências do mundo do trabalho. Sendo assim, sugerimos revisitar os conceitos da andragogia.

A andragogia, termo cunhado em 1968 por Malcolm Knowles, trouxe a sistematização do conceito de que a formação de crianças e a de jovens e adultos possui uma série de diferenças em termos neurológicos e de desenvolvimento psicológico.

O processo andragógico considera:

- o diálogo entre o educador e o educando, tanto durante o processo de ensino e de aprendizagem como na construção e no planejamento desse processo.
- o espaço para aprendizagem como um fator relevante, pois é importante que haja um

clima favorável.

- a experiência que esse adulto já possui é a base da aprendizagem.
- Legitimação dos saberes dos estudantes.

Para saber mais, leia o texto [O novo professor da EJA](#).

As atividades planejadas tanto para as aulas quanto para a avaliação devem ter como foco o desenvolvimento das habilidades e competências dos(as) estudantes. Para tanto, considere:

- O diagnóstico é fundamental: conhecer o estudante e o que ele veio buscar na escola.
- Os princípios da **Andragogia** (educação de adultos - autonomia, experiência, prontidão e foco na vida real, aplicação e engajamento da aprendizagem, motivação).
- As atividades escolares devem ser planejadas para o desenvolvimento das habilidades e competências (BNCC e RCGEM-RS) e as sugestões das transversalidades.
- Os **eixos estruturantes**: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural, empreendedorismo.
- Variações nas atividades (Projetos interdisciplinares: a partir do diagnóstico da turma e transversalidades).
- **Resolução de problemas**: meio ambiente nos bairros dos estudantes; Visitação a locais culturais e empreendedores: a Noite dos Museus, Feira do Livro (participação), feiras de agricultura familiar e artesanato, empresas, universidades.
- **Seminários**: estimular a pesquisa e a realização dos resultados em seminários; Workshops: produção de textos - currículo, e-mail, ofícios, requerimentos.
- **Palestras**: realizar a interlocução entre as profissões dos estudantes com profissionais de nível superior da mesma área.
- **Entrevistas**: elaboração e realização. Tratamento dos dados.
- As transversalidades no decorrer do período letivo, não apenas em datas comemorativas.

Educação Escolar Indígena

A Educação Escolar Indígena ocorre em escolas localizadas nos territórios indígenas, alinhadas com suas realidades. É fundamental que os professores tenham formação específica voltada para a realidade em que atuam, respeitando os princípios constitucionais, a Base Nacional Comum Curricular e as diretrizes da Educação Básica brasileira.

A estruturação e o funcionamento dessas escolas são reconhecidos por um conjunto de leis, como a Constituição, emendas, decretos, resoluções e orientações da Secretaria de Estado da Educação, que respaldam o ensino intercultural e bilíngue, visando valorizar as culturas dos povos indígenas e afirmar a manutenção de sua diversidade étnica.

As escolas indígenas desempenham um papel fundamental ao receber crianças e adolescentes indígenas, garantindo uma educação específica sem descaracterizar suas culturas, assim como adultos e idosos. Elas possuem participação comunitária, conforme indicado pelo Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (resolução CEB nº 3/1999), caracterizando-se pela afirmação das identidades étnicas e pela associação entre escola, sociedade e identidade de cada povo.

Para atender às necessidades e anseios dos povos indígenas, a educação escolar indígena deve considerar, sempre que possível, os anseios da comunidade onde está inserida, colaborando com os seus projetos, concepções e princípios, promovendo a participação tanto na construção do currículo quanto nos modos de administrá-lo, incluindo a participação de cada povo quanto ao calendário escolar específico, metodologias próprias, aos objetivos da escola na comunidade, aos tempos e aos espaços. Baseada em todos esses aspectos, a educação escolar indígena precisa compreender seu caráter educacional visando, como objetivo principal, a aprendizagem de seus estudantes.

Os principais objetivos da educação escolar desenvolvida nas comunidades indígenas são:

- afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena;
- desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os objetos de conhecimento a respeito da cultura correspondentes às respectivas comunidades;
- elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado;
- formulação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas;
- fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;
- valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- Escolas fora das comunidades indígenas e que atendem estudantes indígenas, devem considerar os currículos diferenciados com a metodologias que atendam as necessidades dos estudantes indígenas, respeitando as especificidades de cada povo e comunidade.

Sempre é importante iniciar o ano letivo com a escuta das pessoas mais velhas e sábias da comunidade, estar atentos às orientações das equipes escolares que são as responsáveis por garantir o direito dos estudantes indígenas no ambiente escolar.

O planejamento do ano letivo necessita se embasar nas pedagogias indígenas, cujos fundamentos estão pautados nos valores da ancestralidade, que ensina a promover aprendizagens profundas por meio do envolvimento com o planeta vivo.

Os processos de avaliação dos estudantes, das equipes e da escola devem auxiliar os professores a compreender quais contribuições são adequadas e necessárias às aprendizagens plurais individuais e coletivas de cada estudante indígena.

As oportunidades para que os estudantes demonstrem suas aprendizagens devem ocorrer ao longo do ano letivo e mesmo entre os períodos letivos.

Os estudos compensatórios de infrequência necessitam ocorrer com qualidade, pois são uma forma de conciliar os tempos da escola com a vida das famílias indígenas em mobilidade nos territórios.

Nesse sentido, o respeito às formas e aos tempos das aprendizagens das crianças, dos jovens adultos, dos adultos maduros e dos idosos é essencial para o êxito da Educação Indígena. Assim, a

convivência ética, o respeito recíproco, a gentileza e o afeto nas vivências comunitárias podem contribuir para a prevalência do Bem Viver.

Por isso, o planejamento anual dos professores deve apontar as propostas de atividades adequadas à promoção das aprendizagens dos estudantes para o ano/série que se destina, contemplando o uso de Metodologias Ativas e instrumentos de avaliação que possibilitem verificar o desenvolvimento das habilidades essenciais, através das produções orais e escritas e da observação do professor, inclusive, valorizando a produção realizada pelo estudante de forma individual ou coletiva durante o trabalho pedagógico com o professor e contando com o apoio desse. Para isso é importante que o Supervisor valide o Planejamento do professor, discutindo e orientando sobre as melhores estratégias para cada comunidade e para cada estudante.

Educação Escolar Quilombola

A Educação Escolar Quilombola deve voltar-se para a equidade, estar disposta a reconhecer imparcialmente o direito de cada estudante, preocupar-se e comprometer-se com a justiça e os processos justos, de modo que o desenvolvimento de todos os estudantes seja considerado como de igual importância, reconhecendo a pluralidade dos estudantes e as distintas formas de aprendizado.

As escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas devem considerar as práticas socioculturais, políticas e econômicas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico; **respeitando o direito de consulta e participação da comunidade e suas lideranças**, zelando pela garantia do direito à educação escolar às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais; subsidiando a abordagem da temática quilombola compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileira.

A educação quilombola é respaldada por legislações específicas no Brasil, tais como a Lei nº 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, e a Resolução CNE/CEB Nº 08/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

As Diretrizes Curriculares representam uma resposta na área de educação, orientando a implementação de políticas de reparação para as populações negras, ao mesmo tempo, em que reconhecem e valorizam a história construída por elas. A Política de Reparação, nesse contexto, refere-se a uma medida adotada por aqueles que violaram direitos. No âmbito da política educacional, o Estado Brasileiro reconhece que violou, ao longo de séculos, o direito humano à educação dos negros, estabelecendo ações e metas com o objetivo de corrigir essa violação histórica.

Conforme a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ, para um melhor entendimento do que são remanescentes de quilombos, o Decreto n.º 4.887/03 estabelece que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de

ancestralidade negra relacionada com a opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

Sendo um dos grandes desafios de quem educa e promove a formação dos estudantes em comunidades remanescentes de quilombos, valorizar a tradição oral numa sociedade que prioriza a língua escrita.

Já o Decreto nº 6.040/2007 (art. 3º, inc. I) que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais define a população quilombola, como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, como as cantigas e os divertimentos. (BRASIL, 2007).

O Diagnóstico das Comunidades Quilombolas Certificadas do Rio Grande do Sul, o **Atlas Socioeconômico do Estado** (COMUNIDADES...,2020), cita a existência de 146 comunidades remanescentes de quilombos no estado do Rio Grande do Sul, cujas fontes são o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Cultural Palmares (FCP), CPI/Observatório quilombola e SEMA-ZEE. Diz que as comunidades citadas estão distribuídas em áreas urbanas e rurais, porém pouco conhecidas, embora outros diagnósticos sobre comunidades quilombolas já tenham sido feitos há alguns anos atrás.

Na Rede estadual, há apenas uma escola designada como quilombola atualmente, a E.E.E.M. Santa Teresinha, localizada no bairro Morro Alto, no Distrito de Maquiné em Osório, porém é de suma importância atentarmos ao que estabelece a Resolução CNE/CEB Nº 08/2012 no Título III da definição de Educação Escolar Quilombola, em seu Art. 9º - A Educação Escolar Quilombola compreende:

I - escolas quilombolas;

II - escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

Parágrafo Único Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola.

Nesse sentido, cabe-nos ressaltar que escolas localizadas fora dos quilombos, mas que atendem estudantes quilombolas, também devem considerar currículos diferenciados, requerendo uma pedagogia própria que respeite as especificidades étnicas, culturais, sociais e históricas de cada comunidade.

Para isso, é necessário conhecer os estudantes e a comunidade escolar, oportunizar momentos de reflexão para a heteroidentificação dos estudantes menores de doze anos de idade, através de seus responsáveis e de autodeclaração para os maiores de doze anos, de acordo com os critérios de raça/cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, assim como realizar a atualização da localização do endereço que demonstra se o estudante pertence a área Remanescente de Quilombos, para posterior atualização cadastral via Sistema de Informatização da Secretaria de Educação - ISE.

Pensar em educação quilombola implica, portanto, entender as relações existentes no dia-a-dia das pessoas, a relação entre homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos e a relação deles com a terra, com o sagrado, com a cultura e com as diversas formas de organização.

Para implementar uma proposta pedagógica em comunidades quilombolas é necessário ter a compreensão de que a diversidade agrega as múltiplas relações estabelecidas pelos quilombolas na família, no trabalho, na cultura, na relação com o sagrado, entre as gerações e com o meio ambiente do território. A construção dessa proposta política pedagógica é uma forma da escola dar sentido ao seu saber fazer enquanto instituição escolar. Neste processo ações são desconstruídas e reconstruídas de forma participativa, envolvendo todas as pessoas. É um processo onde a escola revela seus compromissos, suas intenções e principalmente sua identidade e de seus integrantes. A escola se transforma na ação.

O PPP de uma escola deve seguir as orientações gerais para a Educação Básica propostas pela BNCC e pelas diretrizes orientadoras. No entanto, precisa possuir características e especificidades da comunidade educativa escolar quilombola, pois são sujeitos que têm contextos diferenciados e trajetórias históricas de vida a serem consideradas pela escola.

Para garantia de direitos dos estudantes quilombolas, são necessárias ações como:

- o Identificar os alunos provenientes de comunidades quilombolas;
- o Coordenar com as secretarias escolares para atualizar os dados de todos os alunos, com especial atenção aos que residem em áreas quilombolas;
- o Incorporar à legislação escolar, como o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP), a realidade e o contexto histórico dos estudantes quilombolas;
- o Destacar as particularidades dos estudantes quilombolas para assegurar sua inclusão efetiva na elaboração, implementação e avaliação de projetos educacionais, utilizando informações atualizadas da comunidade escolar;
- o Garantir o respeito aos direitos dos estudantes, conforme estabelecido na Resolução CNE Nº 08 de 2012, considerando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais;
- o Preservar as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades de origem dos estudantes;
- o Incluir o direito de consulta e a participação ativa da comunidade quilombola e suas lideranças;
- o Assegurar que a abordagem da temática quilombola seja integralmente entrelaçada à cultura e ao patrimônio afro-brasileiro;
- o Estabelecer essas e outras medidas como foco central de uma educação orientada para a equidade, diversidade e respeito, especialmente em relação aos Povos Tradicionais, que historicamente têm seus direitos desrespeitados.

Dessa forma, no contexto da Educação Escolar Quilombola, o currículo e as práticas pedagógicas devem dialogar com os conhecimentos da comunidade, considerando a memória, a oralidade, a comunidade, a territorialidade, a ancestralidade, as tecnologias, a saúde da população quilombola e a mulher quilombola, visto que são especificidades que alimentam a construção de documentos escolares com identidade e atentos aos princípios constitucionais da gestão democrática, construídos coletivamente.

PROGRAMAS DE APOIO À QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Destacamos aqui, alguns dos programas e projetos desenvolvidos pela SEDUC para apoiar a qualificação da aprendizagem em toda a Rede Estadual. Cada uma dessas iniciativas busca garantir a educação de qualidade para todos de forma inclusiva e equitativa.

Estudos de Aprendizagem Contínua

Os Estudos de Aprendizagem Contínua caracterizam-se em conjunto de ações continuadas, a serem realizadas no cotidiano de sala de aula, com intervenções pedagógicas, ao longo dos trimestres e, em uma semana de estudos intensivos ao final de cada trimestre (foco na aprendizagem), no caso da EJA deve-se considerar o calendário semestral e as datas sugeridas. São movimentos propostos a todos os estudantes da escola, com foco e estratégias específicas para aqueles que apresentaram resultados de aprendizagens insatisfatórios.

Os Estudos de Aprendizagem Contínua permitem a reavaliação contínua do processo de aprendizagem, evidenciando o avanço na caminhada do estudante, inclusive com a possibilidade de alteração da expressão de resultado a qualquer momento do ano letivo.

Alfabetiza Tchê

O Programa Alfabetiza Tchê foi estabelecido pela lei nº 16.048/2023 visando a aprimorar os níveis de aprendizagem e resultados de alfabetização em regime de colaboração entre o Estado e os municípios. Destinado a estudantes da Educação Infantil e do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental na rede pública do Rio Grande do Sul, o Programa busca alcançar a alfabetização adequada na idade certa. Suas estratégias incluem incentivo à cooperação entre as redes de ensino, formação de professores e gestores, fortalecimento da gestão municipal e escolar, implementação de indicadores e ênfase no reforço da aprendizagem.

Circuito 360

O Circuito 360 é uma solução educacional voltada para o fortalecimento da gestão pedagógica das escolas, com foco de atenção no Supervisor Escolar, que apoiará o professor nos processos de planejamento, objetivando a alfabetização efetiva até o 3º ano do Ensino Fundamental e a qualidade do ensino para toda a etapa dos Anos Iniciais.

O Circuito 360 apresenta estratégias inovadoras para a sala de aula: agrupamentos flexíveis, atividades integradoras, planejamento e rotina de aula, trabalho integrado com as múltiplas linguagens, desenvolvimento de competências socioemocionais e de motivação relacionados ao contexto escolar.

Diálogos Socioemocionais

O Programa Diálogos Socioemocionais busca promover o desenvolvimento intencional das competências socioemocionais dos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, estabelecendo uma rede de sustentação pedagógica, envolvendo professores, gestores escolares e regionais.

O Programa oferece práticas pedagógicas, como o SAFE (Sequencial, Ativo, Focado e Explícito), metodologias ativas (aprendizagem colaborativa, problematização, aprendizagem por projetos e sala de aula invertida) e presença pedagógica. Essas abordagens buscam proporcionar práticas educativas que deem significado à resolução dos desafios individuais de cada estudante, promovendo a realização de seus objetivos e aspirações no contexto do Componente Curricular Projeto de Vida.

Jovem de Futuro

O Programa Jovem de Futuro utiliza-se de uma metodologia de gestão para organização dos processos de gestão educacional e escolar com foco no estudante, em seu desenvolvimento e construção de um futuro promissor. No ano de 2024, 694 escolas de Ensino Médio da rede, em 20 Coordenadorias Regionais de Educação, passam a integrar o programa. A previsão é de que em 2027, as outras 10 Coordenadorias Regionais iniciem a implementação.

O Jovem de Futuro se estrutura com ações em cinco eixos: governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento. Todas conversam e se articulam por meio do método denominado Circuito de Gestão. O Programa trabalha com o cumprimento de metas, compartilhamento de práticas, avaliação de resultados, planejamento, adequação e correção de rota de execução.

O programa, implementado em parceria com a Secretaria de Educação, disponibiliza para as escolas, as regionais e o órgão central da pasta, uma metodologia e instrumentos que dão suporte ao trabalho de gestão. Desse modo, o Estado espera melhorar a qualidade do ensino na rede pública estadual, implementando esta metodologia Circuito de Gestão.

Mentoria Pedagógica

A Mentoria Pedagógica é uma estratégia pedagógica que articula ações referentes às diretrizes pedagógicas da Secretaria da Educação com as ações das Coordenadorias Regionais de Educação e das Escolas e são realizadas por Mentores.

Os Mentores são servidores das coordenadorias, que se dedicam de forma exclusiva à Mentoria Pedagógica. Eles têm o compromisso de orientar e apoiar a equipe gestora na organização do trabalho pedagógico, priorizando ações que buscam uma aprendizagem mais significativa, visando resultados positivos.

A Mentoria Pedagógica busca desenvolver e fortalecer a liderança pedagógica da escola, tanto do(a) Diretor(a) como da Supervisão Pedagógica para atuarem na melhoria das práticas pedagógicas, garantindo a aprendizagem de todos os estudantes da escola.

No ano de 2024, a Secretaria Estadual de Educação estará com Mentoria em todas as escolas, um acompanhamento de 100% das escolas da rede estadual em todas as 30 Coordenadorias Regionais de Educação, alcançando um total de aproximadamente 672.424 estudantes, dessa forma assegurando que a política educacional chegue a todos de forma equânime.

Mentoria Pedagógica é um processo que pressupõe parceria, compromisso, transparência, comunicação clara e efetiva. Mentor e Mentorado constroem uma relação de parceria e corresponsabilidade, com foco no desenvolvimento da prática do Mentorado, de forma customizada, sempre com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos estudantes.

Programa de Educação Antirracista

O Programa de Educação Antirracista da SEDUC foi lançado em 2022 e tem como objetivo colocar a pauta antirracista na agenda da sociedade gaúcha por meio das escolas. Ele reúne um conjunto de ações práticas para promover a equidade racial e valorizar a história e a cultura afro-gaúcha. Além disso, o Programa de Educação Antirracista reafirma o compromisso do Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo decreto 53.817/2017.

Para alcançar esses objetivos, foram realizadas formações com todas as equipes da Secretaria da Educação, Orientadores e Supervisores Escolares, focada no letramento racial e nas ações de cada área. Essas formações tiveram início em 2022 e continuaram em 2023 após a reestruturação da Secretaria e a entrada de novas lideranças nas subsecretarias, direções e coordenações de CRES.

Dentro das ações do Programa, foi realizado o Encontro Estadual de Educação Antirracista, que contou com a participação de diversos especialistas, instituições e educadores de todas as coordenadorias na construção dos princípios de uma Escola Antirracista.

Para o ano de 2024, está previsto mais um Encontro Estadual, seguindo o planejamento e implementação de ações de gestão com as subsecretarias e CRES. Além disso, haverá a expansão da Trilha Antirracista e o estabelecimento de um modelo de Escola Antirracista.

Programa de Incentivo à Leitura

O Programa de Incentivo à Leitura pretende elevar a proficiência leitora dos estudantes da Rede Estadual. A prática da leitura em sala de aula é crucial, pois estimula a criatividade, desenvolve a imaginação, trabalha a memória e amplia o vocabulário, permitindo aos estudantes interpretar não apenas textos, mas o mundo ao seu redor.

Para alcançar esse propósito, as escolas receberão orientações para o planejamento de ações que incentivam a leitura e o uso das plataformas digitais (Elefante Letrado e Árvore de Livros), além de um acervo de livros físicos direcionados aos estudantes, visando a enriquecer o repertório literário.

As escolas que se destacarem pelo alto engajamento por práticas inovadoras e melhorias na proficiência em Língua Portuguesa nas avaliações externas (SAERS), serão premiadas em evento promovido pela Secretaria da Educação. Este reconhecimento visa a estimular o protagonismo dos estudantes em sua jornada educacional e promover boas práticas.

Hackatchê

Este ano o Hackatchê cresceu! Teremos 3 modalidades acontecendo, contemplando os anos finais e o Ensino Médio. Segue abaixo um pouco sobre cada um deles:

1. Hackatchê Business

É o Hackatchê como conhecemos hoje, voltado para os estudantes do Ensino Médio. Trata-se de uma maratona de trabalho de três dias que reúne estudantes de Ensino Médio e especialistas em diferentes áreas para trabalhar em projetos que podem virar Startups. Durante o evento, os participantes têm a oportunidade de transformar suas ideias em protótipos e aprender

novas habilidades. Além disso, eles têm acesso a mentores experientes e palestrantes convidados que compartilham seus conhecimentos e experiências.

Buscamos as melhores ideias de soluções para resolver problemas relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ou seja, problemas do nosso dia a dia. Desta forma você não precisa se preocupar por não ter um projeto ou algo já desenvolvido, o projeto pode ser construído a partir de um processo de ideação e construção coletiva.

Quem pode se inscrever?

Segundo nosso edital, podem participar estudantes de Ensino Médio com idade igual ou superior a 15 anos, em grupos de 3 pessoas (Tem que ser 3, nem a mais e nem a menos!). Cada equipe deve ter um profissional de educação indicado para acompanhar os estudantes nas etapas presenciais.

Como construir projetos para o Hackatchê?

Neste link temos um percurso mostrando o passo a passo como conseguimos construir um projeto para o Hackatchê.

O primeiro passo é **observar problemas** ou dificuldades que alguém do seu convívio tenha. Pode ser você mesmo, sua mãe, seu pai, seu vizinho, seu professor, algo na rotina destas pessoas que você ache que possa ajudar de alguma forma. Observe bem onde e como elas enfrentam este problema, você vai entender já, já por quê.

Depois de registrar esses problemas, é **hora de pensar em soluções!**

Se juntem com seus estudantes e pensem em algum jeito da tecnologia resolver ou ajudar esta pessoa com aquele problema. Faça um levantamento do que aquela pessoa poderia se deparar que seria a “solução daquele problema”, assim como os aplicativos resolvem o problema de conseguir comida ou transporte sem precisar sair de casa.

Por último, já com a solução que gostariam de desenvolver em mente, gravem um vídeo, com no máximo 2 minutos, apresentando seu grupo, uma situação em que as pessoas encontram o problema e como a solução que vocês criaram aparece para resolver o problema destas pessoas.

O edital da SEDUC estará disponível em seus sites oficiais a partir do dia 05/02

2. Hackatchê Robotics

Primeira competição estadual de robótica organizada pela Secretaria de Educação do Estado. Será uma competição entre estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental de nossa Rede que contará com a final na arena montada dentro do Gramado Summit 2024.

Quem pode se inscrever

Poderão participar estudantes que estarão no ensino fundamental - anos finais em 2024, das escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul.

Cada equipe deverá ser composta por 3 (três) estudantes, não sendo aceitos projetos com equipes com número inferior ou superior de integrantes.

O que devo desenvolver para a inscrição?

Diferente do Hackatchê Business, neste vamos receber inscrições de times de robótica, e não de projetos. Avaliaremos não apenas o histórico da equipe que está se inscrevendo, mas

também os projetos desenvolvidos ao longo do ano anterior, as competições em que participaram e quaisquer outros aspectos que considerem relevantes.

Como será a competição?

As 5 equipes selecionadas receberão, no dia 15 de março, um kit de robótica, as regras do desafio do HackaTchê Robotics do ano de 2024 e a temática que permeará toda a competição.

A competição se dará em formato de somatório de pontos, sendo eles adquiridos de 3 maneiras diferentes: desempenho, apresentação e legado.

Desempenho: cada equipe terá que desenvolver, usando apenas os componentes que compõem o kit entregue no dia 15 de março, uma solução que desempenhe atividades específicas em uma arena. As regras e especificações técnicas referentes às tarefas serão divulgadas no dia 15 de março, juntamente com a entrega dos kits.

Apresentação: cada equipe deverá, no dia do evento, apresentar para uma banca avaliadora um material teórico referente à temática da competição. Esta apresentação deve ter, no mínimo, 3 (três) minutos e, no máximo, 5 (cinco) minutos de duração. Os recursos utilizados para a apresentação podem ser em forma digital (vídeo, apresentação de slides) ou físico (cartaz, banner).

Legado: material de estudo referente às soluções trabalhadas durante os dias entre a entrega dos kits e a competição. Este poderá ser entregue de maneira digital (pdf) ou impresso, em formatação de relatório, podendo conter texto e imagens.

Assim como no Hackatchê Business, o edital será lançado no dia 05/02 nos sites oficiais da Seduc.

3. Hackatchê Talks + South Summit Next Gen

O evento, que ocorre simultaneamente ao Hackatchê e ao South Summit, reunirá importantes representantes do ecossistema de Inovação e da educação básica para palestras inspiradoras alinhadas ao tema do ano. Em 2024, o foco será em "Inovação e Protagonismo", proporcionando aos palestrantes a oportunidade de discutir a relevância da escola e do protagonismo juvenil em suas trajetórias profissionais.

O evento contará com a participação presencial de estudantes e professores (informações sobre a distribuição de ingressos e vagas serão divulgadas posteriormente), além de ser transmitido para todo o estado do Rio Grande do Sul. As atividades estão programadas para os dias 19 e 20 de março, em Porto Alegre.

Nosso Docente [estágio supervisionado obrigatório]

O estágio supervisionado nas licenciaturas representa um pilar fundamental na formação inicial de futuros professores, desempenhando um papel crucial na preparação desses estudantes para a prática docente na Educação Básica. A relevância desse processo é acentuada pelo fato de que aproximadamente 90% dos futuros educadores provêm das escolas públicas, notadamente as estaduais. Contudo, enfrentamos o desafio de uma diminuição significativa no número de docentes, uma tendência que exige estratégias inovadoras para assegurar a continuidade e a qualidade do ensino.

Nesse contexto, a Seduc reconhece a importância de promover práticas de estágio planejadas e acompanhadas pelos professores da rede, garantindo assim a formação de profissionais aptos e alinhados com as demandas contemporâneas da Educação Básica. O estágio, além de ser uma etapa essencial da formação inicial, se configura como uma prática docente que se estende para além das salas de aula, englobando uma mentoria exercida pelos professores da rede com os licenciandos.

É essencial ressaltar que essa prática de mentoria não apenas enriquece a formação inicial dos estudantes de licenciatura, mas também configura uma valiosa formação continuada para os mentores, contribuindo para a troca de conhecimento e experiências. A interação entre os estudantes, seus orientadores e as Instituições de Ensino Superior (IES) cria oportunidades formativas significativas para toda a escola.

Diante desse contexto, a Seduc implementou uma reorganização do estágio das licenciaturas na rede, introduzindo o programa "Nosso Docente". Esse processo inicia-se com a disponibilização de uma formação autoinstrucional de 60 horas para os docentes que desejam se tornar mentores de estagiários. A certificação obtida no portal deverá ser entregue na Secretaria da escola que fará o upload para o ISE, dando início ao processo de seleção no app Escola RS: Professor, onde o futuro mentor faz sua opção.

O novo sistema migra os componentes do mentor, por escola e horário, para um Painel de Vagas publicado no site da Seduc que permite aos docentes receberem um máximo de três estudantes. As vagas para o componente, horário e escola retornam ao painel a medida em que os estagiários encerram seu período de estágio. O processo de mentoria tem a duração de um ano, renovável, e o docente recebe certificação pela carga horária total desta mentoria.

A etapa inicial deste programa inovador será marcada pelo curso para mentores, com início em 19/02/2024.

O cadastramento das IES também foi reestruturado, ocorrendo agora por meio de editais bianuais, descentralizados, promovendo uma colaboração efetiva entre as instituições e a rede pública estadual. O primeiro edital tem previsão de lançamento em fevereiro.

O programa "Nosso Docente" surge como um marco na promoção da qualidade do estágio supervisionado, garantindo uma formação sólida e alinhada com as demandas da educação contemporânea.